

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MARIA ANTÔNIA MASCARELLO VIEIRA

**A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA EM RELAÇÃO ÀS QUESTÕES DE
GÊNERO: A MUDANÇA DA ORIENTAÇÃO INTERNACIONAL DO GOVERNO DE
JAIR BOLSONARO**

Porto Alegre

2024

MARIA ANTÔNIA MASCARELLO VIEIRA

**A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA EM RELAÇÃO ÀS QUESTÕES DE
GÊNERO: A MUDANÇA DA ORIENTAÇÃO INTERNACIONAL DO GOVERNO
DE JAIR BOLSONARO**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva

Porto Alegre

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Vieira, Maria Antônia Mascarello
A Política Externa Brasileira em relação às
questões de gênero: a mudança da orientação
internacional do governo de Jair Bolsonaro / Maria
Antônia Mascarello Vieira. -- 2024.
79 f.
Orientador: André Luiz Reis da Silva.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Política Externa Brasileira. 2. Gênero. 3.
Análise de Política Externa. 4. Teoria Feminista de
Relações Internacionais. 5. Bolsonaro. I. Silva, André
Luiz Reis da, orient. II. Título.

MARIA ANTÔNIA MASCARELLO VIEIRA

**A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA EM RELAÇÃO ÀS QUESTÕES DE
GÊNERO: A MUDANÇA DA ORIENTAÇÃO INTERNACIONAL DO GOVERNO
DE JAIR BOLSONARO**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 06 de janeiro de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva

UFRGS

Prof. Dra. Tatiana Vargas Maia

UFRGS

Prof. Dra. Mónica Salomón

UFSC

AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo aos meus pais, Ana Laura e Carlos, por todo apoio recebido, não só durante a realização deste trabalho, mas também em todos os momentos da minha vida. Não há palavras suficientes para agradecer tudo que vocês fizeram e ainda fazem por mim.

Agradeço a todas as professoras e professores do Curso de Relações Internacionais, pelo ensino, atenção, e dedicação em formar novos profissionais todos os anos e, principalmente, agradeço ao Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva, por ter me orientado neste trabalho, sempre disposto a me auxiliar nesta trajetória. Agradeço também à banca pela disposição em avaliar este trabalho. Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela excelência em proporcionar um ensino público, qualitativo e diversificado, do qual pude usufruir ao longo da graduação.

Gostaria de expressar meus agradecimentos aos colegas e amigos que estiveram ao meu lado ao longo destes quatro anos de graduação, compartilhando juntos conquistas e momentos felizes. Em particular, aos meus mais próximos parceiros e companheiros, seja na jornada acadêmica ou além dela: Caetana, Carla, Milena, Gabriela, Érica e Pedro Henrique. O suporte e a amizade de todos vocês foram fundamentais para a conclusão desta monografia.

Em especial, expresso minha gratidão aos meus amigos e colegas de graduação, Juliana, Maria Vitória e João Pedro. Fico imensamente feliz por tê-los conhecido e compartilhado essa trajetória com vocês. A experiência acadêmica tornou-se ainda mais leve e significativa com a presença de vocês, e me sinto sortuda por termos nos encontrado e criado essa amizade que vai continuar além da faculdade. Agradeço por todas as trocas, risadas e apoio. Vocês foram fundamentais nessa caminhada e ocupam um lugar muito especial na minha vida. Obrigada por tudo.

RESUMO

Este trabalho tem como tema a análise das questões de gênero na Política Externa Brasileira (PEB) durante o Governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). Em relação a este tema percebe-se que no governo Bolsonaro ocorre uma mudança profunda de orientação internacional, rompendo com o discurso progressista de alinhamento com as agendas internacionais de direitos humanos e igualdade de gênero que se refletiam na PEB até então. Diante disso, a pergunta que orienta a pesquisa é: por que a Política Externa Brasileira, a partir do governo de Jair Bolsonaro, assume uma identidade conservadora nas instâncias multilaterais em relação à Gênero? Como hipótese do trabalho tem-se que a PEB, sob Bolsonaro assume uma identidade conservadora nas instâncias multilaterais, utilizando a pauta de gênero como um catalisador estratégico, com o intuito tanto de construir um novo arranjo político-diplomático que priorize valores conservadores e interesses ideológicos para consolidar o apoio do eleitorado interno, quanto de fortalecer alianças com países de orientação ultraconservadora e antissistema. O objetivo geral desta pesquisa, assim, é analisar por que a PEB de Bolsonaro assume uma identidade conservadora em instâncias multilaterais e explora a utilização estratégica da pauta de gênero como um catalisador para a promoção de suas agendas políticas e ideológicas em âmbito internacional. Em termos específicos, busca-se relacionar a Teoria Feminista de Relações Internacionais com a Análise de Política Externa (APE) e a Política Externa Brasileira (PEB); analisar a transformação matricial da PEB sob Bolsonaro e as abordagens adotadas em relação às questões de gênero no cenário internacional; analisar os discursos proferidos pelo governo em relação à temática de gênero no contexto internacional, em especial no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas no período de 2019 a 2022. Para atingir seus resultados, esta pesquisa adotou como metodologia a pesquisa bibliográfica abrangente, com foco nos Estudos de Gênero, na Teoria Feminista das Relações Internacionais, na Análise de Política Externa (APE) e, para examinar os discursos, empregou-se o método de Análise de Conteúdo (AC) desenvolvido por Laurence Bardin (2011). Verificou-se que a política externa brasileira sob Jair Bolsonaro adotou uma abordagem antigênero, refletida tanto em discursos quanto em ações diplomáticas, indicando uma guinada ideológica conservadora que desafiou compromissos internacionais e promoveu retrocessos nos direitos das mulheres.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira. Análise de Política Externa. Gênero. Teoria Feminista de Relações Internacionais. Bolsonaro.

ABSTRACT

This work focuses on the analysis of gender issues in Brazilian Foreign Policy (BFP) during Jair Bolsonaro's government (2019-2022). In relation to this theme, it is observed that under the Bolsonaro administration, there is a profound shift in international orientation, breaking away from the progressive discourse aligning with international agendas on human rights and gender equality that were reflected in the BFP until then. Given this, the research question guiding the study is: why does Brazilian Foreign Policy, under Jair Bolsonaro's government, adopt a conservative identity in multilateral forums regarding Gender? The hypothesis posited in this work is that under Bolsonaro, the BFP assumes a conservative identity in multilateral forums, strategically using the gender agenda as a catalyst, aiming both to construct a new political-diplomatic arrangement prioritizing conservative values and ideological interests to consolidate support from the domestic electorate, and to strengthen alliances with countries of ultraconservative and antisystemic orientation. The overall objective of this research is to analyze why Bolsonaro's BFP adopts a conservative identity in multilateral forums and explores the strategic use of the gender agenda as a catalyst for promoting its political and ideological agendas internationally. Specifically, the study seeks to relate Feminist International Relations Theory to Foreign Policy Analysis (FPA) and Brazilian Foreign Policy (BFP); analyze the matrix transformation of BFP under Bolsonaro and the approaches adopted regarding gender issues on the international stage; analyze the government's speeches on the gender theme on an international level, especially at the United Nations Human Rights Council from 2019 to 2022. To achieve its results, this research employed a comprehensive bibliographic review, focusing on Gender Studies, Feminist International Relations Theory, Foreign Policy Analysis (FPA), and, for the speech analysis, this research utilized the Content Analysis (CA) method developed by Laurence Bardin (2011). It was found that Brazilian foreign policy under Jair Bolsonaro adopted an anti-gender approach, reflected in both speeches and diplomatic actions, indicating a conservative ideological shift that challenged international commitments and promoted setbacks in the rights of women.

Keywords: Brazilian Foreign Policy. Foreign Policy Analysis. Gender. Feminist International Relations Theory. Bolsonaro.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Análise de Conteúdo
APE	Análise de Política Externa
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSW	Comissão sobre o Estatuto da Mulher
CDHNU	Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas
ECOSOC	Conselho Econômico e Social da ONU
ESP	Escola Sem Partido
EUA	Estados Unidos da América
G7	Grupo dos Sete
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MMFDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
MRE	Ministério das Relações Exteriores
OEA	Organização do Estados Americanos
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PE	Política Externa
PEB	Política Externa Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SPM	Secretaria de Política para as Mulheres
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	A INTERSEÇÃO DA TEORIA FEMINISTA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DA ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA (APE)	13
2.1	A ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA (APE) E POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	13
2.2	A TEORIA FEMINISTA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS	18
2.3	O ESTUDO DE GÊNERO NA POLÍTICA EXTERNA.....	23
3	AS QUESTÕES DE GÊNERO NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	29
3.1	A MUDANÇA MATRICIAL DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO GOVERNO BOLSONARO	29
3.1.1	A matriz da Política Externa Brasileira de Lula a Temer	30
3.1.2	A reorientação da Política Externa Brasileira no Governo Bolsonaro	34
3.2	RUPTURAS NA AGENDA DE POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA SOBRE GÊNERO: O NEOCONSERVADORISMO E A EMERGÊNCIA DA AGENDA ANTIGÊNERO	38
3.3	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	47
4	O NOVO POSICIONAMENTO INTERNACIONAL BRASILEIRO: FAMÍLIA, NEOCONSERVADORISMO E AGENDA ANTIGÊNERO NO GOVERNO BOLSONARO	49
4.1	DAMARES E A DEFESA DA FAMÍLIA E DO DIREITO À VIDA “DESDE A CONCEPÇÃO”	52
4.2	ERNESTO ARAÚJO E O APAGAMENTO DO TERMO "GÊNERO"	57
4.3	CARLOS FRANÇA E A SUAVIZAÇÃO NO ESTILO E NA LINGUAGEM DIPLOMÁTICA.....	63
4.4	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	64
5	CONCLUSÃO	67
	REFERÊNCIAS	71

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema a análise das questões de gênero na Política Externa Brasileira durante o Governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). A Política Externa do Brasil sofreu uma mudança de padrão a partir de 2003 - início do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), no que diz respeito ao engajamento nas agendas sociais (Almeida, 2004), da qual a questão do gênero faz parte. Posteriormente, no Governo de Dilma Rousseff (2011-2016) foi observada uma sensibilidade crescente em relação às desigualdades de gênero, com a ratificação de diversos acordos internacionais para combater a discriminação e a violência contra as mulheres. Somada à adesão a esses instrumentos político-jurídicos globais, os pronunciamentos oficiais dos representantes brasileiros em fóruns multilaterais demonstravam, em diferentes graus, uma abordagem que atravessava várias áreas sobre a questão de gênero (Kyrillos; Simion, 2021). A partir de 2016, e especialmente após as eleições de 2018, o cenário político brasileiro passou por mudanças significativas, rompendo com o discurso progressista de alinhamento com as agendas internacionais de direitos humanos e igualdade de gênero que também se refletiam na Política Externa Brasileira até então (Kyrillos; Simion, 2022).

Assim, até a mudança de rumo do governo Bolsonaro, o Brasil seguia uma postura diplomática consistente e alinhada com as posições feministas no âmbito transnacional, bem como com sua abordagem mais ampla em relação aos direitos humanos (Salomón, 2020). No que diz respeito aos fóruns multilaterais, a administração de Bolsonaro defendeu a distância dos acordos internacionais e obrigações assumidas pelo Brasil. Denominados como uma agenda de "globalismo marxista", os regimes relacionados ao meio ambiente, migração e direitos humanos foram alvos de críticas, acusados de sacrificar os interesses nacionais do Brasil (Silva, 2022).

Tais mudanças no governo exercem influência abrangente sobre a Política Externa Brasileira (PEB), repercutindo não apenas na forma global, mas também na maneira pela qual as temáticas de gênero passam a ser tratadas. Nesse contexto, tornam-se evidentes as fissuras nas políticas de gênero de maneira geral, o que se reflete de modo palpável na própria PEB (Kyrillos; Simion, 2021). O giro conservador na política externa brasileira em relação às temáticas de gênero e sexualidade faz parte das ações estratégicas do

governo de Jair Bolsonaro (Selis; Prado, 2021). Diante do caráter moralista e do ataque direto à categoria de gênero promovido pela política externa do governo analisado, torna-se essencial incorporar a perspectiva feminista na análise.

Tendo em vista a problemática apresentada, esse trabalho buscou responder à seguinte pergunta de pesquisa: por que a Política Externa Brasileira, a partir do governo de Jair Bolsonaro, assume uma identidade conservadora nas instâncias multilaterais em relação à Gênero? Diante da pergunta de pesquisa proposta, tem-se como hipótese de trabalho que a Política Externa Brasileira, sob o governo de Jair Bolsonaro, assume uma identidade conservadora nas instâncias multilaterais, utilizando a pauta de gênero como um catalisador estratégico, com o intuito tanto de construir um novo arranjo político-diplomático que priorize valores conservadores e interesses ideológicos para consolidar o apoio do eleitorado interno, quanto de fortalecer alianças com países de orientação ultraconservadora e antissistema.

O objetivo central desta pesquisa é analisar como a Política Externa Brasileira, durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), assume uma identidade conservadora em instâncias multilaterais e explora a utilização estratégica da pauta de gênero como um catalisador para a promoção de suas agendas políticas e ideológicas em âmbito internacional e nacional. Os objetivos específicos do trabalho, que estão subdivididos de acordo com os capítulos, são: a) relacionar a Teoria Feminista de Relações Internacionais com a Análise de Política Externa (APE) e a Política Externa Brasileira (PEB); b) contextualizar os elementos da matriz da PEB e a posição em relação a temática de gênero nos governos anteriores e analisar a transformação na Política Externa Brasileira sob Bolsonaro, destacando a influência neoconservadora e a centralidade da agenda antigênero e suas implicações nas relações exteriores e na posição internacional do Brasil; c) analisar os discursos proferidos pelo governo em relação à temática de gênero em âmbito internacional, com destaque para a atuação no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDHNU) no período de 2019 a 2022.

Justifica-se a proposição deste trabalho pela relevância do estudo das perspectivas de gênero na política externa brasileira, pois permite uma análise crítica das relações de poder e das desigualdades de gênero presentes na tomada de decisões e na formulação das políticas externas do país. Isso possibilita identificar e compreender

como questões relacionadas à igualdade de gênero, direitos das mulheres e diversidade sexual são abordadas ou negligenciadas nas ações e posições do Brasil no âmbito internacional. Além disso, a convergência entre a análise de política externa e a perspectiva de gênero oferece uma agenda de pesquisa promissora, que ainda não foi devidamente explorada pela academia, sendo os governos recentes pouco estudados em relação a esta temática.

Ademais, a Análise da Política Externa brasileira é significativa para compreender como os compromissos assumidos pelo país a nível internacional se relacionam com as políticas públicas em âmbito nacional. Isto porque, em um contexto de consolidação da dinâmica democrática e globalizada, as fronteiras que tradicionalmente separavam os assuntos de interesse doméstico e internacional estão se tornando cada vez mais fluidas. O estudo das perspectivas de gênero na política externa brasileira é, portanto, essencial para compreender e enfrentar as desigualdades de gênero nas arenas internacional e nacional, promover a igualdade e os direitos das mulheres.

Assim, no primeiro capítulo buscou-se trazer as relações entre a Teoria Feminista de Relações Internacionais e Política Externa enquanto aporte teórico e conceitual. Para isso, utilizou-se de discussões fundamentados em conceitos como a análise de gênero como categoria de análise (Scott, 1995), assim como à compreensão do processo de Análise de Política Externa e à carência de abordagens sensíveis às questões de gênero nessa área (Hudson; Day, 2020). A integração dessas perspectivas visa contribuir para uma análise mais inclusiva das relações internacionais e é justificada pela necessidade de compreender os discursos brasileiros em âmbito internacional e suas conexões com as políticas internas. Assim, o objetivo é revisitar conceitos fundamentais, fornecendo suporte teórico para analisar as ações e discursos do Governo brasileiro em relação a pauta de gênero no período analisado.

Já o segundo capítulo examina a transformação fundamental na matriz da Política Externa Brasileira durante o governo Bolsonaro, destacando as rupturas significativas na agenda de política externa relacionada à questão de gênero, além de realizar uma análise da matriz nos governos anteriores para melhor compreensão e uma contextualização da pauta de gênero no Brasil. Além disso, foi examinada a atuação do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos no contexto das políticas de gênero e foi feita a análise das

ações da Política Externa Brasileira sob o governo de Jair Bolsonaro, focalizando as abordagens adotadas em relação às questões de gênero no cenário internacional. Sob a liderança de Bolsonaro, a mudança matricial é evidenciada por elementos neoconservadores que impactaram abordagens tradicionais e progressistas, com foco na emergência da agenda antigênero e suas implicações nas relações exteriores e na posição internacional do Brasil.

Por fim, no terceiro capítulo, foi feita a análise de discursos de representantes brasileiras, com destaque para a atuação no Conselho de Direitos Humanos da ONU, no período entre 2019 e 2022, utilizado o método de Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (2011). Foram examinadas as ações simbólicas conduzidas pela equipe de Damares durante as discussões internacionais sobre Direitos Humanos, juntamente com o acompanhamento das decisões relevantes do Ministério das Relações Exteriores em relação a temática de gênero.

Para atingir os objetivos propostos neste estudo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica abrangente, com foco nos Estudos de Gênero, na Teoria Feminista das Relações Internacionais, na Análise de Política Externa (APE), no estudo de Política Externa Brasileira (PEB) e na intersecção entre eles. Além disso, foi realizada uma análise documental, que envolve recortes de publicações oficiais e outros materiais relevantes para validar e confrontar fatos, juntamente com outros recursos pertinentes para consolidar a hipótese de pesquisa. Foram consideradas leituras críticas de pesquisadores relevantes para a discussão, a fim de verificar diferentes perspectivas e posicionamentos em relação ao material analisado.

O discurso e as formas de linguagem desempenham um papel central no debate sobre identidade e cultura, onde frequentemente são apontados como espaços em que preconceitos, estereótipos e representações negativas são reproduzidos (Santander, 2011). Nesse contexto, é importante analisar, em linha com uma perspectiva feminista, os pronunciamentos do governo de Jair Bolsonaro, especialmente no que diz respeito às questões de gênero, que englobam as pautas feministas. Sendo assim, foram examinados os discursos proferidos por diferentes representantes brasileiros no contexto internacional, mas em especial nas sessões do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas realizadas entre 2019 e 2022.

Para examinar os discursos empregou-se o método de Análise de Conteúdo (AC) desenvolvido por Laurence Bardin (2011), buscando analisar a participação brasileira multilateralmente e a condução da PEB para as questões de gênero. Ainda nesta seção, a representação que o Brasil adota na esfera internacional foi abordada, com o objetivo apresentar a percepção que o país busca projetar globalmente e junto às nações com as quais mantém relações. Conforme afirmado por Bardin (2011), o propósito central da análise de conteúdo é o desvendar crítico. Nesse sentido, busca-se compreender aquilo que está por trás dos significados expressos pelas palavras. As fontes utilizadas foram, portanto, tanto primárias quanto secundárias. Essa abordagem permitiu uma análise aprofundada das questões abordadas, fornecendo uma base sólida para a compreensão da Política Externa Brasileira e sua relação com temas sensíveis ao gênero.

2 A INTERSEÇÃO DA TEORIA FEMINISTA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DA ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA (APE)

No presente capítulo, será explorada a convergência da Teoria Feminista de Relações Internacionais com a Análise de Política Externa (APE) e a Política Externa Brasileira (PEB), buscando identificar pontos de interseção que enriqueçam a compreensão das relações globais. Ao unir essas as perspectivas teóricas, busca-se desvelar as complexidades das dinâmicas internacionais sob a ótica de gênero, reconhecendo a importância de examinar como as relações de poder e as decisões políticas moldam e são moldadas por construções sociais e identidades de gênero. Ao destacar a interseccionalidade entre a Teoria Feminista e a APE, busca-se contribuir para uma abordagem mais abrangente e inclusiva no estudo das relações internacionais, promovendo uma análise mais sensível às diversas formas de opressão e desigualdade presentes no cenário global.

Pretende-se examinar as pertinentes considerações teóricas destacadas sobre as questões feministas e de gênero, assim como suas implicações, como a concepção de patriarcado e a naturalização da presença masculina em espaços decisórios. Isso se justifica pela importância de compreender em que contexto e sob quais perspectivas os discursos brasileiros em conferências internacionais estarão inseridos, além de estabelecer as conexões com as políticas internas do país com base nos discursos e práticas dos representantes brasileiros. Assim, pretende-se revisitar os conceitos de feminismo, gênero, patriarcado, Análise de Política Externa e Política Externa, buscando fornecer suporte teórico para analisar as declarações e ações do Governo brasileiro em relação às pautas de gênero no governo Bolsonaro.

2.1 A ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA (APE) E POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

O campo de estudo de Análise de Política Externa (APE) é atualmente estabelecido dentro da ampla disciplina das Relações Internacionais. Essa consolidação é evidenciada pela presença de revistas especializadas, manuais dedicados, grupos de

trabalho e disciplinas específicas em cursos de Relações Internacionais ao redor do mundo (Salomón; Pinheiro, 2013). À medida que cada objetivo no cenário internacional se manifesta, as ações do Estado se materializam em políticas específicas em relação a outros países e organismos internacionais, refletindo o comportamento do Estado no sistema global (Ferreira, 2020).

Assim, o foco da APE reside nas ações internacionais de entidades específicas. A disciplina visa analisar a política externa de governos particulares, levando em conta os fatores que a influenciam, seus objetivos, processos de tomada de decisão e as ações efetivamente executadas (Salomón; Pinheiro, 2013). Ademais, duas das características marcantes nos estudos da Análise de Política Externa (APE) são a abordagem multifatorial na explicação da tomada de decisões em política externa e o propósito de examinar variáveis de mais de um nível de análise, adotando uma perspectiva multinível. O analista tem interesse em variáveis explicativas de todos os níveis de análise, desde o micro até o macro, na medida em que influenciam o processo decisório (Hudson; Day, 2020).

Um dos propósitos da Análise de Política Externa é integrar um novo nível de análise às questões de natureza internacional, partindo da premissa de que, antes de ocorrer, o evento internacional passa por um processo de tomada de decisão política. Esse processo é permeado por regras, instituições, indivíduos e pela correlação de forças, os quais moldam a trajetória do resultado. Portanto, essas abordagens inovadoras têm em comum a busca pela compreensão da política através de seu processo de formação, levando em conta uma gama de variáveis que impactam diretamente a definição da agenda, o processo de escolha entre alternativas decisórias e a própria implementação da política. Isso supera as análises que consideram o Estado como um ator monolítico, onde o interesse nacional se confunde com o interesse do Estado (Figueira, 2011).

A diferenciação entre o interno e o externo, defendida pelos realistas, concebia o Estado como uma entidade isolada. Essa perspectiva excluía a análise de questões econômicas, sociais e políticas domésticas para os estudiosos de política externa. Apesar de algumas interações externas, a visão realista moldou interpretações por décadas, sugerindo que a política externa estava distante das preocupações cotidianas. Contudo,

essa perspectiva mudou teórica e empiricamente, influenciada por análises das transformações históricas em vários países, incluindo o Brasil (Milani; Pinheiro, 2013).

Nas últimas décadas, a globalização tem levado a uma descentralização da política externa, com níveis de governo além do nacional, desenvolvendo suas próprias políticas externas. A Análise de Política Externa (APE) agora abrange não apenas o governo nacional, mas também atores supranacionais e subnacionais. Embora teoricamente aplicável a atores não governamentais, como empresas e ONGs, a APE enfrenta limitações devido às diferenças substanciais entre atores governamentais e não governamentais. A APE, embora focada em processos políticos estatais, reconhece a interação complexa entre unidades de decisão governamentais e diversos atores que influenciam a formação e implementação da política externa (Salomón; Pinheiro, 2013)

Diante dessas mudanças, segundo Milani e Pinheiro (2013), é imperativo adotar uma perspectiva de observação única, a partir da qual seja possível formular um conjunto renovado de categorias teóricas e quadros interpretativos para uma compreensão mais aprofundada e análise da política externa dos Estados, especialmente no contexto da Política Externa Brasileira (PEB). Assim, observa-se o ressurgimento dos pressupostos analíticos que concebem a política externa como resultado de iniciativas empreendidas por diversos atores (principalmente, mas não exclusivamente, o Estado), em interação com o ambiente internacional.

Pode-se afirmar que a discussão sobre o papel do Ministério das Relações Exteriores (MRE) na formulação da política externa brasileira não é recente. No passado, houve defensores do monopólio do Itamaraty e de sua separação burocrática, com argumentos baseados na tradição da Casa de Rio Branco, no mérito profissional dos diplomatas e na visão singular da política externa como uma "política de Estado", considerada intocável (Milani, 2015). Assim, até recentemente, era comum caracterizar a Política Externa Brasileira (PEB) como uma política de Estado relativamente resistente a mudanças e interferências das agendas governamentais, atribuindo isso, em grande medida, ao profissionalismo e às habilidades de negociação do Itamaraty, bem como à sua relativa autonomia na definição das agendas da PEB (Milani; Pinheiro, 2013).

É a partir principalmente da transição entre as décadas de 1980 e 1990, diversos eventos evidenciaram a perda dessa suposta e, por assim dizer, reverenciada autonomia

do Itamaraty (Milani; Pinheiro, 2013). Com a promulgação da Constituição de 1988, a democratização das relações entre Estado e sociedade, a internacionalização da política em diversos níveis e as crescentes interdependências econômicas entre o âmbito global e local são fatores cruciais nesse processo oposto ao isolamento, que se denomina "continentalização" da Política Externa Brasileira (Milani, 2015)¹. Segundo Milani e Pinheiro (2013), a participação da Fazenda nas negociações financeiras internacionais, a ação internacional coordenada de vários ministérios, assim como de algumas entidades subnacionais, foram exemplos desses eventos. Esses acontecimentos não apenas instigaram a academia a revisitar suas agendas de pesquisa, mas também questionaram os quadros interpretativos sobre como e por quem são tomadas as decisões em assuntos de política externa. Assim, de maneira mais ampla, alguns começaram a falar sobre uma pluralização de atores na PEB, enquanto outros mencionaram a horizontalização e verticalização do processo decisório (Milani; Pinheiro, 2013).

Uma convergência observada no campo de pesquisa de política externa é a importância de se conceber a política externa como uma política pública, ou seja, reconhecer a atuação do Estado e do governo no cenário internacional. Isso implica a compreensão de que o governo é uma instituição do Estado, sendo, sem dúvida, a principal delas, e que são os governos os responsáveis pela formulação de políticas públicas. A diversidade de agendas e atores claramente indica uma mudança, que reforça o argumento de que a política externa deve ser considerada como uma política pública. Portanto, em última instância, a implementação das políticas públicas, incluindo a política externa, é de responsabilidade do governo (Milani; Pinheiro, 2013).

Segundo Salomón e Pinheiro (2013), a política externa, de fato, é uma política pública, embora apresente uma especificidade que a diferencia das demais políticas públicas: sua implementação ocorre para além das fronteiras estatais, resultando, por vezes, em uma considerável distância entre objetivos e resultados. Devido à sua natureza

¹ Segundo Milani (2015), a metáfora da "continentalização" contrasta com o "insulamento", indicando que o Itamaraty não é mais uma ilha isolada, mas sim parte integrante da política democrática brasileira. Esse conceito implica uma maior abrangência temática na Política Externa Brasileira (PEB), com participação ampliada de agentes governamentais e não governamentais. Isso resulta em um processo decisório mais aberto ao diálogo com o Parlamento, coordenação com outros ministérios e consultas a diversas entidades, incluindo agências federais, setor produtivo, organizações da sociedade civil, movimentos sociais e comunidade científica.

como política pública, é essencial distinguir a política externa da simples "ação externa", um conceito mais abrangente que engloba todo tipo de interação, planejada ou não, entre um governo e outros atores para além de suas fronteiras. Além disso, conceber a política externa como política pública implica considerar seu processo de formulação, no qual incidem, de maneira semelhante a qualquer outra política pública, as demandas e conflitos de diversos grupos domésticos (Salomón; Pinheiro, 2013).

É importante destacar que mesmo as políticas consideradas como políticas de Estado, têm sua origem nos governos e na interação política, variando em intensidade e frequência conforme o compromisso democrático, as instituições governamentais e os atores sociais. Em algum momento, as políticas de Estado foram, sem dúvida, políticas de governo, e a transformação depende de diversas variáveis, como a eficácia real ou alegada e a falta de alternativas. Nesse sentido, assim como as políticas de governo podem se converter em políticas de Estado em determinado momento e contexto, igualmente podem deixar de sê-lo. Abordar a política externa como política pública implica compreender as escolhas dos governos, conferindo-lhe uma característica transitória (Milani; Pinheiro, 2013).

É possível observar, nas Relações Internacionais e em disciplinas correlatas, como Ciência Política, Economia, Sociologia e História, um crescente reconhecimento da importância de abordar os diversos fenômenos da política internacional sob a ótica de gênero (Salomón, 2018). O feminismo tem ganhado relevância recentemente na subárea da Análise de Política Externa (APE), embora já tenha tido debates mais substanciais nas teorias das Relações Internacionais e nos Estudos de Paz e Conflitos (Ferreira, 2021). A análise de gênero oferece uma perspectiva mais ampla e enriquecedora das questões em análise, ao mesmo tempo em que contribui para o desenvolvimento de novas abordagens e estratégias para lidar com desafios antigos. Assim sendo, a interseção entre a análise de política externa e a perspectiva de gênero apresenta uma agenda de pesquisa promissora, que ainda é subexplorada (Salomón, 2018).

Valerie M. Hudson e Benjamin S. Day (2020) defendem a importância da atuação dos indivíduos na Política Internacional, destacando que todas as mudanças neste campo dependem das ações e decisões tomadas por eles. Os autores destacam a influência da crítica pós-modernista, que revela pressupostos subjacentes

fundamentados em questões de classe, poder, gênero e raça. Começa-se a perceber que uma grande parte do que tradicionalmente é chamado de "senso comum" na teoria das Relações Internacionais não é universal, e, portanto, carece de sentido. À medida que o mundo é estudado, e não apenas observado, o criamos e recriamos, reconhecendo que esse estudo não é isento de valores e está longe de ser neutro em relação a eles.

Assim, Hudson e Day (2020) apontam que a Análise de Política Externa carece de uma abordagem sensível às questões de gênero, visto que muitas teorias sobre tomada de decisão são "cegas para o gênero". Isso significa que essas teorias tendem a ignorar ou subestimar o papel e a influência das relações de gênero na política internacional. De acordo com os autores, a Análise de Política Externa tradicionalmente se concentra na tomada de decisões e nos interesses estratégicos dos Estados, sem considerar adequadamente as dinâmicas de gênero que moldam e influenciam essas políticas. Essa abordagem limitada pode levar a uma compreensão incompleta dos processos políticos e das consequências das políticas externas.

2.2 A TEORIA FEMINISTA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O feminismo foi introduzido nas Relações Internacionais na década de 1980, durante o chamado Terceiro Debate, que marcou uma abertura para abordagens pós-positivistas. Essas abordagens questionavam as pretensões universalizantes do conhecimento, desafiando a suposta neutralidade e objetividade na construção do conhecimento. Nas Relações Internacionais, as críticas pós-positivistas destacaram os pressupostos epistemológicos compartilhados pelos realistas e liberais, questionando a forma como o campo definia e tratava seus objetos de estudo (Barasuol; Zanella, 2023).

Apesar do início das contribuições feministas nas Relações Internacionais nos anos 1980, os trabalhos fundamentados nessa perspectiva se expandiram mais significativamente a partir da década seguinte. Essa chegada tardia contrasta com o movimento feminista de mais de um século e o desenvolvimento de pesquisas feministas em outras disciplinas. A explicação para essa situação envolve uma combinação de fatores interligados, como a predominância masculina na academia de Relações Internacionais, os limites autoimpostos da disciplina e a menor presença feminina nos

ambientes de estudo das RI explicam esse cenário. O feminismo emerge como um questionador desses fatores (Barasuol; Zanella, 2023).

A construção de barreiras excludentes nas Relações Internacionais está ligada a uma visão que associa comportamentos sociais a cada gênero baseando-se no sexo biológico. Essa perspectiva influenciou estereótipos disseminados, como a ideia de mulheres como pacíficas e emotivas, e homens como agressivos e racionais. Nas RI, essas concepções sustentaram a ideia de uma desconexão natural entre gênero e o âmbito internacional, com uma divisão temática atribuindo a homens temas "duros" e a mulheres temas "brandos" (Barasuol; Zanella, 2023). A falta de presença de mulheres entre Chefes de Estado, diplomatas e formuladores de política externa, segundo Owens e Rietzler (2021), reflete-se na ausência de autoras entre os "clássicos" das Relações Internacionais.

A Teoria Feminista das Relações Internacionais desempenha um papel relevante ao sustentar que as diferenças de gênero são produtos sociais que permeiam todos os aspectos da vida pública e privada (Tickner, 1997). Isso implica que as desigualdades de gênero estão entrelaçadas nos próprios processos de construção e implementação da Política Externa. Ao reconhecer essas disparidades, a teoria feminista desafia as visões convencionais que negligenciam o papel do gênero na política internacional. Para Tickner (2001, p. 11, tradução nossa) "a principal preocupação da teoria feminista é explicar a subordinação das mulheres, ou seja, a assimetria injustificada entre as posições sociais e econômicas das mulheres e dos homens, e buscar prescrições para encerrar esse fenômeno"².

À medida que as discussões teóricas sobre sexualidade e gênero avançaram, o conceito de gênero emerge como uma categoria especialmente relevante, permitindo a distinção entre práticas sexuais e os papéis de gênero atribuídos a mulheres e homens (Scott, 1995), transcendendo a limitação do sexo biológico. Por conseguinte, o termo "torna-se uma forma de indicar 'construções culturais' - a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres" (Scott, 1995, p. 75).

² No original: "The key concern for feminist theory is to explain women's subordination, or the unjustified asymmetry between women's and men's social and economic positions, and to seek prescriptions for ending it."

Ademais, a compreensão da relevância dos estudos sobre gênero ganha destaque ao constatar que a disparidade entre homens e mulheres não se limita apenas a questões econômicas e/ou jurídicas (Zarpelon, 2021). O conceito de gênero engloba, portanto, o controle estrutural ou ideológico e a origem das relações desiguais entre os sexos. Ele transcende a mera característica individual, configurando-se como um processo institucional e uma dinâmica de relações de poder entre grupos de indivíduos. A ordem de gênero reflete o domínio das masculinidades sobre as feminilidades, bem como a hierarquia entre diferentes expressões de masculinidades, influenciada por elementos como raça, orientação sexual e etnicidade (Jesus, 2023).

O termo “patriarcado” expressa questões de opressão e violência, mais do que a palavra gênero, que acaba sendo mais abrangente, mas insensível à disparidade histórica entre homens e mulheres como participantes de um sistema que favorece a objetificação da mulher em detrimento da manutenção do poder masculino (Saffioti, 2009). Para a autora, o significado da palavra gênero é "entendido como muito mais vasto que o patriarcado, na medida em que neste as relações são hierarquizadas entre seres socialmente desiguais, enquanto o gênero compreende também relações igualitárias. Desta forma, o patriarcado é um caso específico de relações de gênero" (Saffioti, 2009, p. 21). Ou seja, utilizando essas duas definições como base para esta abordagem, a concepção de gênero é empregada para discernir entre os temas e desafios relacionados a homens e mulheres. Dentro dessa complexidade, a noção de patriarcado representa um construto social e histórico, pelo qual não apenas a relação é mantida, mas também sua manutenção é conveniente para o sistema em si.

Ao denunciar o patriarcado, o feminismo não busca inverter a inferiorização das mulheres pela inferiorização dos homens. Essa construção é mal-intencionada e não representa o feminismo, que é fundamentado em teorias e práticas baseadas na reflexão e autocrítica. A reflexão feminista mantém constantemente o questionamento de compreensões naturalizadas para revelar possíveis jogos de poder e padrões de opressão. A autocrítica demonstra uma postura epistemológica que desmonta e reconstrói continuamente temas e categorias de análise, mantendo viva a indagação sobre o horizonte que sua teoria e prática produzem (Barasuol; Zanella, 2023).

Antes do final dos anos 1980, principalmente devido ao contexto histórico da Guerra Fria (1945-1990), essas discussões eram vistas como algo restrito ao âmbito doméstico. Nessa época, com os Estados Unidos e a União Soviética disputando poder e áreas de influência, o foco do Sistema Internacional estava voltado para questões relacionadas à segurança estratégica dos Estados, como guerra e a perspectiva realista das Relações Internacionais. No entanto, com o fim da Guerra Fria e a diminuição da militarização, o feminismo e outras questões anteriormente consideradas domésticas passaram a integrar os "novos temas" da agenda internacional. Esses temas incluem conflitos étnicos, globalização econômica, democratização e direitos humanos (Tickner, 2001).

Ainda, conforme apontado por Joan Scott (1995), embora as manifestações das relações de gênero possam variar em diferentes culturas, elas quase sempre são caracterizadas por desigualdades. O gênero, em seu sentido estrutural, é uma forma fundamental de significar as relações de poder (Tickner, 1997). Embora seja frequentemente visto como algo separado da política, uma das razões pelas quais é frequentemente considerado irrelevante para as Relações Internacionais, o gênero é construído por meio de instituições econômicas e políticas que têm o efeito de naturalizar e até mesmo legalizar o status inferior das mulheres (Scott, 1995).

Deste modo, relações de gênero são elementos intrínsecos e constitutivos de todas as esferas da experiência humana. Embora o feminismo envolva a valorização das atividades das mulheres, também é crucial reconhecer como essas atividades são moldadas pelas relações sociais nas quais estão inseridas. Portanto, gênero não se limita apenas às mulheres; também abrange os homens e a masculinidade, um aspecto que precisa ser enfatizado para que os estudiosos de Relações Internacionais possam compreender por que as feministas argumentam que o gênero é relevante para a disciplina (Tickner, 1997).

Enquanto as mulheres sempre desempenharam papéis na política internacional, suas vozes frequentemente foram ignoradas tanto nas arenas políticas quanto nas disciplinas que as estudam. A crescente, embora gradual, inclusão de mulheres em posições de tomada de decisões nas últimas décadas sugere que sua presença nesses espaços não necessariamente provoca mudanças nos comportamentos estatais. Isso

levanta questões não apenas sobre o acesso ao discurso, mas também sobre a eficácia do posicionamento feminino, que enfrenta desafios significativos ao operar em um sistema político predominantemente masculino, criado para perpetuar os privilégios masculinos no contexto patriarcal. Em resumo, os interesses de gênero estão restritos pelas limitações impostas pelo sistema patriarcal, visando à sua própria perpetuação (Tickner, 2001).

Há um equívoco ao conceber que a presença predominante de homens em centros de poder ou posições semelhantes não impacta a luta contra a desigualdade de gênero nas políticas públicas. A naturalização da ausência de mulheres acaba sendo dissimulada em um discurso de universalidade das decisões e políticas propostas por representantes masculinos; em outras palavras, afirma-se que essa política é para todos, sem abordar adequadamente as questões fundamentais da realidade das mulheres em todo o mundo. Ao assumir que essa configuração é natural ou orgânica, as análises convencionais deixam de explorar uma área complexa da política internacional, especialmente relacionada a um domínio em que as mulheres foram pioneiras, como as esferas doméstica e privada são crucialmente importantes na construção dos Estados (Enloe, 2000).

Assim, as abordagens teóricas e metodológicas utilizadas pela teoria feminista enfatizam a reflexividade e a inclusão como componentes essenciais do processo de pesquisa. Enquanto a teoria dominante de Relações Internacionais tende a ver estados, nações, soberania e identidades como entidades dadas, as estudiosas feministas de Relações Internacionais argumentam que essas categorias são socialmente construídas e moldadas por práticas de gênero e relações de poder (Aggestam; Rosamond; Kronsell, 2018).

Ademais, os diferentes papéis desempenhados por homens e mulheres na sociedade são muitas vezes determinados pelas características de gênero atribuídas a eles, que nem sempre correspondem às diferenças biológicas entre os sexos. O conceito de gênero, então, é essencial para combater as ideias deterministas e essencialistas que perpetuam hierarquias e estereótipos de gênero, resultando na desvalorização de características e papéis femininos em relação aos masculinos. O movimento feminista é um importante impulsionador da análise dos fenômenos sociais através da lente de

gênero (Salomón, 2018). E, apesar das percepções de gênero estarem presentes nas RI, elas são muitas vezes ocultadas sob a suposta "neutralidade de gênero" e "objetividade" (Tickner, 2001).

De acordo com Enloe (2014), as análises convencionais deixam de abordar uma área integral das relações internacionais, uma esfera que as pesquisadoras feministas, no campo em expansão de gênero e internacionalização das relações internacionais, estão pioneiramente explorando: como os estados dependem de construções artificiais específicas das esferas doméstica e privada para alcançar seus objetivos políticos. Ao considerarmos seriamente as políticas que afetam trabalhadoras domésticas, mulheres em empregos com salários-base mínimos, descobrimos que a política internacional é muito mais complexa do que aquilo que analistas não feministas imaginam. Para a autora, é importante reiterar que as explicações da política internacional que carecem de um questionamento feminista são demasiadamente simplistas. Tais abordagens evitam a complexidade e subestimam o papel do poder. Assim, uma perspectiva de pesquisa feminista revela uma notável variedade de tipos de poder necessários para fazer com que o sistema político internacional complexo funcione da maneira que funciona atualmente (Enloe, 2014).

2.3 O ESTUDO DE GÊNERO NA POLÍTICA EXTERNA

A Teoria Feminista de Relações Internacionais desempenha um papel crucial no estudo da política externa, ao questionar a invisibilidade de gênero e a sub-representação das mulheres nas relações internacionais, tanto em termos teóricos quanto práticos. Essa abordagem desafia as concepções dominantes e busca compreender as dinâmicas de gênero presentes na política externa e na política global como um todo. Ao trazer à tona as experiências e perspectivas das mulheres, a teoria feminista amplia a compreensão dos processos políticos internacionais, destacando as desigualdades e hierarquias de gênero subjacentes (Aggestam; Rosamond; Kronsell, 2018).

Hudson e Day (2020) destacam a importância de adotar uma perspectiva de gênero na análise da política externa, que reconheça as relações de poder, desigualdades e construções sociais relacionadas ao gênero. Ao fazer isso, é possível

revelar como as normas, papéis e expectativas de gênero influenciam a formulação e implementação da política externa, afetando tanto os atores envolvidos quanto os resultados alcançados. Vale ressaltar que esta teoria engloba diversas perspectivas: feminismo liberal, feminismo marxista, feminismo radical e feminismo pós-moderno.

Entretanto, as teorias feministas não são monolíticas, mas abrangem uma variedade de perspectivas e abordagens (Peterson, 1992). Essas diferentes perspectivas feministas nas Relações Internacionais oferecem insights e análises complementares, abordando questões de poder, igualdade, representação e construção social de gênero (Tickner, 2001). Todas compartilham a ambição de desvelar as desigualdades de gênero na ordem global predominante e questionar as hierarquias de poder, privilégios e instituições de gênero presentes nessa ordem (Aggestam; Rosamond; Kronsell, 2018). Tickner (2001) fala da importância de reconhecer e incorporar essa diversidade para obter uma compreensão mais abrangente e crítica das relações internacionais e trabalhar em direção à transformação de estruturas desiguais de poder e hierarquias de gênero.

A teoria feminista de Relações Internacionais busca revelar como o gênero opera na política externa e nas relações internacionais, destacando as formas como as desigualdades de gênero são perpetuadas e como as mulheres são frequentemente marginalizadas e subestimadas nesses contextos. Além disso, essa teoria busca ampliar a compreensão das dinâmicas de poder e as possibilidades de mudança transformadora na esfera internacional, reconhecendo as vozes e experiências das mulheres e de outros grupos marginalizados. A análise feminista da teoria das Relações Internacionais também fornece uma crítica valiosa às teorias centradas no Estado e à forma como elas tornam invisíveis as hierarquias de poder existentes e as fronteiras de gênero que determinam os resultados da política externa. A esfera pública das instituições estatais tem sido predominantemente associada aos homens e à masculinidade, o que, conseqüentemente, exclui as mulheres e a feminilidade do âmbito internacional (Aggestam; Rosamond; Kronsell, 2018).

Analisar a política externa sob uma perspectiva feminista implica compreender que não apenas os responsáveis pela formulação de políticas são influenciados pelo gênero. Políticas, instituições e as metodologias usadas para avaliar resultados podem ser moldadas com base em nossas concepções de gênero. Para as cientistas políticas

feministas, isso muitas vezes significa que questões de política externa consideradas femininas, como saúde e bem-estar, violência sexualizada e violência doméstica, são frequentemente deixadas em segundo plano em favor de questões consideradas mais importantes pelos formuladores de políticas predominantemente masculinos. Uma perspectiva feminista também pode esclarecer por que os formuladores de políticas veem questões importantes para as mulheres como descartáveis e temporárias, em vez de como questões que exigem compromisso contínuo (Henshaw, 2017).

Considerando que a política externa é uma política pública que possui particularidades relacionadas à interface entre os contextos interno e internacional, analisar essa política sob a perspectiva de gênero significa examiná-la com a compreensão de como os mecanismos e hierarquias de gênero estão presentes em todo o seu ciclo. Isso abrange desde a definição da agenda até a implementação, passando pelos processos de tomada de decisão e pelos atores envolvidos que promovem e influenciam tais políticas (Salomón, 2018). Conforme Salomón (2016), há indicadores que apontam para a sensibilidade de gênero na Política Externa de um país. Isso inclui a celebração de acordos internacionais voltados para combater a discriminação e a violência de gênero, manifestações governamentais sobre questões que afetam os direitos das mulheres globalmente, participação ativa em discussões intergovernamentais, entre outros exemplos. Para compreender a política externa de um país, é essencial examinar seu processo de formulação.

É possível identificar, segundo Salomón, quatro grandes áreas que tenham como foco de pesquisa a interseção entre gênero e a política externa. A primeira delas abrange pesquisas centradas na representatividade das mulheres nas instâncias responsáveis pela formulação da política externa, investigando possíveis conexões causais entre representação descritiva e substantiva. A segunda área, “mapeia, analisa e explica as políticas externas sensíveis ao gênero” (Salomón, 2018, p. 11). A terceira área analisa os padrões de gênero na opinião pública em política externa, explorando as diferentes percepções que homens e mulheres possuem sobre as temáticas e a condução da política exterior. Por fim, a quarta área aborda pesquisas que visam compreender os “efeitos diferenciados e não desejados de políticas externas não sensíveis ao gênero em homens e mulheres” (Salomón, 2018, p. 13).

Ao adotar uma abordagem de gênero na análise da política externa, é possível desvendar como as relações de gênero influenciam e moldam esse campo. Isso implica em questionar como normas e expectativas de gênero afetam a formulação de agendas e prioridades políticas externas. Além disso, é importante examinar como as hierarquias de gênero impactam os processos de tomada de decisão, incluindo a representatividade e participação de diferentes grupos de gênero. A análise também considera como identidades de gênero influenciam as ações e capacidades de influência dos atores envolvidos na política externa. Isso envolve examinar como estereótipos de gênero moldam percepções e expectativas, além de identificar barreiras e desafios enfrentados por grupos específicos de gênero. Ao adotar uma perspectiva de gênero, portanto, é possível compreender e abordar as desigualdades e relações de poder presentes na política externa, promovendo uma compreensão crítica e abrangente desse campo e identificando oportunidades de mudança e promoção da igualdade de gênero nas políticas e práticas internacionais (Salomón, 2018).

A tradição na Relações Internacionais de não relacionar a guerra, a diplomacia e a política externa de um país às perspectivas de gênero, negligenciando essa questão, levou à adoção de uma abordagem funcionalista que enfatiza a biologia e mantém a noção de análises históricas segregadas, como a dicotomia entre sexualidade e política, família e nação, mulheres e homens. No entanto, é fundamental reconhecer que a política externa e diplomacia devem ser integralmente incorporadas ao conceito de gênero, uma vez que demonstra sua relevância no âmbito do poder público. A exclusão das mulheres desse contexto é o que perpetua a existência da supremacia masculina. Essa relação está enraizada na manutenção do sistema patriarcal, no qual a alta política é construída em oposição a uma política "menor", na qual as mulheres e as agendas de gênero podem ser inseridas. O gênero é uma das bases recorrentes pelas quais o poder político, especialmente o diplomático, é concebido e legitimado (Scott, 1995).

Uma análise feminista indica que a tendência masculina na política externa até o século XXI é compreensível, pois essas políticas frequentemente eram, e ainda são, formuladas e implementadas sem a participação substancial das mulheres (Henshaw, 2017). De acordo com Enloe (2014), a diplomacia tem sido tradicionalmente caracterizada por uma perspectiva masculinizada. No início, a inserção das mulheres

nesse campo ocorreu principalmente por meio de seus papéis como esposas de diplomatas. Sua função era criar um ambiente receptivo e acolhedor em suas residências, a fim de auxiliar na negociação de acordos e tratados internacionais. Essas mulheres desempenhavam um papel não oficial, mas essencial, na diplomacia, mesmo que sua contribuição não fosse formalmente reconhecida. No entanto, é importante ressaltar que essas noções generificadas persistem até os dias de hoje. A ideia de que as mulheres são recursos para os Estados na diplomacia continua a existir, mesmo que não seja oficialmente reconhecida. Enloe (2014) argumenta que essa percepção da diplomacia como um domínio masculino restringe o acesso e a participação das mulheres nessa esfera, perpetuando assim a desigualdade de gênero.

Há um equívoco em conceber que a presença majoritária de homens em posições de poder ou em cargos similares não impacta a luta pela igualdade de gênero dentro das políticas públicas. A naturalização da ausência feminina é velada sob um discurso de universalidade das decisões e políticas propostas pelos representantes masculinos, alegando que tais políticas são para todos, enquanto não abordam as questões-chave enfrentadas pelas mulheres ao redor do mundo (Enloe, 2000).

Os trabalhos de Hudson e Day (2022), Salomón (2016 e 2018), Tickner (1997 e 2001), Scott (1995), Aggestam *et al* (2023) e Enloe (2000 e 2014), portanto, destacam a necessidade de incorporar uma abordagem sensível ao gênero na análise da Política Internacional. A Teoria Feminista das Relações Internacionais oferece uma perspectiva crítica que desafia as normas estabelecidas e evidencia a presença das relações de gênero em todas as dimensões da política externa. Reconhecer e confrontar essas desigualdades de gênero é fundamental para uma compreensão mais acurada dos processos políticos e decisórios no âmbito internacional.

Além disso, ao enfatizar as contribuições desses autores, busca-se ressaltar a importância de reconhecer o gênero como uma categoria analítica relevante e como sua perspectiva pode auxiliar na crítica à atuação internacional dos Estados. Isso engloba desde a participação nas tomadas de decisão até a desigualdade na abordagem de questões nas principais organizações internacionais. Em suma, a Teoria Feminista de Relações Internacionais desafia as concepções tradicionais de gênero e poder nas relações internacionais, enfatizando a necessidade de uma abordagem reflexiva e

inclusiva para compreender e transformar as desigualdades de gênero na política externa e na ordem global.

Portanto, a abordagem dos conceitos de gênero e outros fundamentos da teoria feminista de relações internacionais emerge como uma ferramenta crucial para analisar a Política Externa do Brasil sob a liderança de Jair Bolsonaro. Ao explorar as dinâmicas de poder, discursos e ações diplomáticas, a lente feminista oferece uma compreensão mais abrangente das políticas adotadas pelo governo brasileiro em relação aos direitos das mulheres e questões de gênero. A pesquisa sob essa perspectiva permite desvelar as nuances das posições do governo, suas alianças internacionais, e como os discursos e práticas moldam e refletem ideologias conservadoras. Essa abordagem enriquece a análise da Política Externa Brasileira, destacando questões relacionadas à igualdade de gênero, direitos sexuais e reprodutivos, e as implicações dessas posturas no cenário global, evidenciando o papel da ideologia na formulação das relações internacionais do país.

3 AS QUESTÕES DE GÊNERO NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Este capítulo explora a transformação na matriz da Política Externa Brasileira durante o governo Bolsonaro, examinando de maneira específica as rupturas significativas na agenda de política externa relacionada à questão de gênero. Sob a liderança de Jair Bolsonaro, a Política Externa do Brasil experimentou uma mudança matricial, marcada por elementos neoconservadores que impactaram diretamente as abordagens tradicionais e progressistas. O capítulo se concentra na análise das origens e implicações dessa mudança, delineando como a agenda antigênero emergiu como um componente central, caracterizando a adoção de políticas e discursos que contrariam os princípios de igualdade de gênero e direitos das mulheres. Ao explorar esse fenômeno, buscou-se compreender as implicações mais amplas dessas transformações na posição do Brasil no cenário internacional e suas repercussões nas relações exteriores.

3.1 A MUDANÇA MATRICIAL DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO GOVERNO BOLSONARO

Para se ter um panorama acerca da mudança da matricial da Política Externa Brasileira que ocorreu com o Governo Bolsonaro, é preciso uma contextualização dos elementos da matriz da PEB nos governos anteriores. Assim, em uma breve análise das principais mudanças e continuidades na política externa brasileira ao longo dos últimos anos, adotou-se a perspectiva da matriz de política como ferramenta analítica. Ricardo Sennes (2003) advoga pelo uso dessa abordagem, argumentando que ela permite uma análise com foco e distanciamento, sem se restringir a divisões baseadas unicamente nos mandatos presidenciais.

Esta abordagem tem seu enfoque "mais voltado para a identificação das percepções, perspectivas, estratégias e valores que sustentam a política a externa dos diferentes governos" (Sennes, 2003, p. 35). Identificar a matriz da política externa de um país implica traçar uma linha coesa de elementos que compõem sua inserção internacional, ordenando fatores diversos. A noção de matriz busca compreender os condicionamentos e escolhas estruturais, que têm uma propensão a mudanças mais

duradouras do que os mandatos governamentais. Além disso, a abordagem da matriz possibilita uma análise mais ampla das permanências e rupturas na política externa ao longo de governos sucessivos. (Sennes, 2003).

3.1.1 A matriz da Política Externa Brasileira de Lula a Temer

A política externa durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva apresentou diversas características distintas que marcaram uma mudança significativa na abordagem brasileira no cenário internacional (Silva, 2010). Apelidada de "ativa e ativa" pelo embaixador Celso Amorim, destacou-se uma postura mais assertiva na defesa da soberania nacional e dos interesses do Brasil, acompanhada pela busca de alianças privilegiadas no Sul, com ênfase nos processos de integração da América do Sul e do Mercosul. A política externa do governo Lula também se destacou pelo reforço do Mercosul no plano político, indicando uma prioridade na consolidação das relações com os países vizinhos.

Além disso, enfatizou diferenças em relação às posições e políticas do governo anterior, delineando claramente linhas de ruptura e evidenciando uma nova postura governamental (Almeida, 2004). Houve uma reorientação da política multilateral, adaptando conteúdos e estratégias para refletir as dinâmicas do sistema internacional. A atuação no eixo horizontal-multilateral tornou-se uma estratégia central, caracterizada pela concepção de uma posição autônoma do Brasil nos foros multilaterais. A busca por parcerias estratégicas com países em diferentes continentes, incluindo a reaproximação com a África, demonstrou uma abordagem mais abrangente e global da diplomacia brasileira. A flexibilidade e combinação temática de parcerias estratégicas foram enfatizadas, indicando uma política externa mais fluida e multidimensional. Essas características, em conjunto, delinearam uma abordagem renovada e dinâmica da Política Externa Brasileira, marcada pela busca de integração regional, parcerias estratégicas globais e uma ativa participação nos fóruns multilaterais (Silva, 2010).

Notou-se uma inovação no engajamento em favor do ativismo em sua política externa, juntamente com a diversificação das temáticas que passaram a integrar as agendas globais (Almeida, 2004). A política externa demonstrou sensibilidade à questão

de gênero, assinando acordos internacionais e regionais para combater a violência e discriminação contra mulheres (Salomón, 2016). A virada do século XXI evidenciou o destaque das agendas sociais, sendo a de gênero uma componente significativa. A participação do Brasil nesse debate foi assertiva, resultando em avanços significativos nos âmbitos interno e externo, com uma atuação ativa em organizações como BRICS, G7 e CPLP.

O engajamento ativista brasileiro ocorreu simultaneamente à retomada de seu papel internacional como defensor do multilateralismo e dos direitos humanos, iniciada com o processo de redemocratização. O Brasil estava na vanguarda dos esforços para impulsionar a agenda global dos direitos das mulheres ou, no mínimo, evitar retrocessos, especialmente no que diz respeito aos direitos sexuais e reprodutivos, alvo principal de ataques conservadores. Assim, a título de exemplo, durante a 49ª sessão da Comissão sobre o Estatuto da Mulher (CSW) em 2005, convocada para revisar a implementação da Plataforma de Pequim (Pequim + 10), a delegação brasileira se uniu a outros países para bloquear a proposta dos Estados Unidos de adicionar um parágrafo contra os direitos sexuais e reprodutivos e o aborto à declaração, que acabou sendo retirada (Salomón, 2020)

Durante o governo de Dilma Rousseff, segundo Silva (2022), a matriz da política externa brasileira manteve uma continuidade em relação à gestão anterior de Luiz Inácio Lula da Silva, com algumas adaptações. A política externa de Dilma Rousseff manteve um foco na integração regional, buscando fortalecer as relações com os países vizinhos e participando ativamente de organizações como o Mercosul e a UNASUL. Além disso, o governo de Dilma Rousseff deu continuidade à tradição multilateral do Brasil, buscando participar ativamente em fóruns internacionais e organizações como a ONU e a OMC.

Em termos de parcerias estratégicas, a matriz da política externa de Dilma Rousseff buscou manter relações tanto com países desenvolvidos quanto com nações em desenvolvimento, buscando ampliar a rede de cooperação internacional do Brasil. Além disso, houve um esforço em retomar uma agenda de temas sociais na diplomacia brasileira, buscando promover questões como direitos humanos, desenvolvimento sustentável e combate à pobreza. Essa matriz de política externa, estabelecida durante o governo de Lula, foi mantida durante a gestão de Dilma Rousseff, embora com ajustes

para lidar com os desafios e oportunidades específicas do período (Silva, 2022). Contudo, o contexto de crise econômica e política interna, reforçado pelo contexto internacional mais difícil (com a crise do multilateralismo do processo de integração regional), foi constringendo a capacidade diplomática brasileira (Silva, 2021).

Especialmente durante a gestão de Dilma Rousseff, emergiu uma compreensão da Política Externa Brasileira (PEB) sensível às desigualdades de gênero, na qual incluiu uma lógica transversal que incorporava as dimensões de gênero e raça nas políticas públicas. Essa perspectiva de uma PEB sensível ao gênero considerava diversos elementos, incluindo as pessoas envolvidas na elaboração e execução, as diretrizes governamentais sobre a temática e a interação, ainda que por vezes tensionada, dos movimentos feministas com a administração (Araújo, 2017). Contudo, a partir de 2016, e especialmente após as eleições de 2018, o cenário político brasileiro passou por rupturas em relação a esse discurso progressista, que historicamente se alinhava com as agendas internacionais de direitos humanos e igualdade de gênero, refletindo-se também na PEB até então (Salomón, 2016; Araújo, 2017).

O governo de Michel Temer marcou uma mudança na matriz da política externa brasileira, ao reorientar o engajamento na América do Sul, priorizar as relações bilaterais com os países desenvolvidos e fragilizar a participação nas coalizões de geometria variável, como os BRICS. Essa mudança foi reflexo da conjuntura internacional, da crise brasileira e dos interesses de um novo bloco de poder que buscava reorientar a política externa brasileira para uma nova matriz de inserção internacional. Uma das principais mudanças na política externa do governo Temer foi a reorientação do engajamento na América do Sul. O Brasil passou a dar menos atenção à integração regional e a priorizar as relações bilaterais com países como os Estados Unidos e a União Europeia. Além disso, o governo Temer fragilizou a participação do Brasil em coalizões de geometria variável, como os BRICS, que haviam sido uma das principais iniciativas da política externa brasileira nos anos anteriores (Silva, 2022).

Outra mudança significativa na política externa do governo Temer foi a busca por uma maior aproximação com os países desenvolvidos. O Brasil passou a buscar parcerias estratégicas com países como os Estados Unidos e a União Europeia, em detrimento das relações com países em desenvolvimento. Essa mudança foi reflexo da

conjuntura internacional, que passou a valorizar mais as relações com os países desenvolvidos em detrimento dos países em desenvolvimento. Em resumo, a matriz da política externa do governo Temer foi marcada por uma reorientação do engajamento na América do Sul, uma maior aproximação com os países desenvolvidos e uma fragilização da participação do Brasil em coalizões de geometria variável. Essas mudanças foram reflexo da conjuntura internacional e dos interesses de um novo bloco de poder que buscava reorientar a política externa brasileira para uma nova matriz de inserção internacional (Silva, 2022).

A "nova PEB" que emerge durante o Governo provisório de Michel Temer acentua suas características neoconservadoras a partir do mandato de Jair Bolsonaro (Kyrillos; Simioni, 2022). Como observado por Flavia Biroli (2018), após a destituição de Dilma Rousseff da presidência, o novo gabinete governamental de Michel Temer passa a ser formado exclusivamente por homens brancos, encerrando o diálogo que antes existia entre o Governo e os movimentos de mulheres e antirracistas. Isso representa um retorno aos estereótipos mais extremos e considerados superados, que negam a legitimidade da participação das mulheres no espaço político público (Kyrillos; Simioni, 2022).

Portanto, segundo Silva (2022), a transformação na matriz da política externa brasileira começou a se delinear durante o governo de Dilma Rousseff, consolidando-se e intensificando-se nos mandatos subsequentes de Michel Temer e, posteriormente, com Jair Bolsonaro. Durante a gestão de Dilma Rousseff, observou-se um ajuste na matriz da política externa, mantendo certa continuidade em relação ao governo anterior de Luiz Inácio Lula da Silva, mas com adaptações para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades específicas do período. Foi, no entanto, durante o governo de Michel Temer que ocorreu uma reorientação mais evidente, marcada por uma mudança no engajamento na América do Sul, a priorização de relações bilaterais com países desenvolvidos e a diminuição da participação em coalizões de geometria variável. Essas alterações refletiram a conjuntura internacional e os interesses de um novo bloco de poder. Posteriormente, com o governo de Jair Bolsonaro, essa mudança se intensificou, como será tratado no próximo subtópico.

3.1.2 A reorientação da Política Externa Brasileira no Governo Bolsonaro

Com a chegada do governo de Jair Bolsonaro, observa-se no plano internacional uma grande reorientação brasileira, que foi acompanhada pelo aumento do conservadorismo e pela crise do multilateralismo no contexto internacional. Ocorre uma mudança na matriz da Política Externa Brasileira, que, segundo Silva (2022), teve como fundamentos: o surgimento dos movimentos e governos conservadores na América Latina e no Ocidente; a crítica à política externa implementada durante a "era PT"; a crítica "anti-globalista" e a paralisia das instituições multilaterais; as alterações na política externa norte-americana durante o governo Trump; a prolongada crise econômica e o desengajamento da integração regional.

A ascensão do diplomata Ernesto Araújo à liderança do Ministério das Relações Exteriores (MRE) não apenas marcou uma tentativa de implementar uma guinada radical e sem precedentes nas diretrizes da Política Externa Brasileira, mas também sinalizou uma abrangente reestruturação interna. Essa mudança foi impulsionada pela incorporação das teses da renovada extrema-direita mundial, evidenciando a carga ideológica dessa guinada. Em consonância com a retórica que critica os supostos riscos do "globalismo", manifestou-se um ceticismo em relação a instituições multilaterais como a ONU, além da convicção controversa de que o aquecimento global é parte de um complô marxista. Essas posturas convergem para várias decisões que indicam a determinação de transfigurar o perfil internacional do Brasil (Hirst; Maciel, 2022)

Segundo Silva (2022), esta nova matriz da PEB, buscou afastar-se de países em desenvolvimento e aproximar-se de países desenvolvidos, com destaque para os Estados Unidos, além de buscar uma aproximação com países ideologicamente semelhantes. Nos fóruns multilaterais, a atuação brasileira foi marcada pelo afastamento dos regimes internacionais e de compromissos previamente assumidos pelo país. Assim, regimes ambientais, migratórios e de direitos humanos são criticados e classificados como parte de uma agenda "globalista marxista".

Sob a liderança de Ernesto Araújo, de acordo com Lima e Albuquerque (2019), a Política Externa Brasileira amplificou, em escala internacional, as redes sociais conservadoras, alinhando-as simultaneamente ao principal movimento transnacional de

articulação ideológica dos governos de direita e ultradireita contemporâneos. No primeiro semestre de 2019, Araújo empreendeu uma série de visitas a países europeus, incluindo a Itália, Hungria e Polônia, todos sob governos liderados por figuras nacionalistas e antissistema de ultradireita. Na Itália, encontrou-se com Matteo Salvini, destacado líder na campanha contra a imigração irregular. Em Budapeste, reuniu-se com Viktor Orbán, que enfatizou as semelhanças entre suas ideias e as do governo Bolsonaro, encerrando sua turnê com uma visita ao presidente da Polônia, Andrzej Duda, outro representante proeminente da ultradireita europeia.

Do ponto de vista de seus conteúdos, segundo Hirst e Maciel (2022), a política externa substituiu premissas universais permanentes em sua atuação internacional por bandeiras ideologizadas específicas. A alteração drástica nas práticas e princípios da PEB foi impulsionada por uma narrativa de extrema direita, alimentada e legitimada pela polarização político-ideológica. Pode-se dizer que a PEB do governo Bolsonaro “aponta para uma reorientação da política externa no sistema internacional, o que significaria não apenas uma inflexão, mas mudança nos postulados históricos, nos paradigmas e matrizes atuais de inserção internacional” (Silva, 2022, p.17).

A Política Externa do Brasil foi impulsionada por premissas de forte teor ideológico, que prontamente se refletiram em diretrizes que orientam as posições internacionais do país. Um conjunto de novas orientações implicou no descarte sistemático de posturas e princípios que historicamente nortearam a diplomacia brasileira por décadas. Isso incluiu a incorporação da ação diplomática no rol de políticas públicas a serem transformadas em consonância com as visões anti-estatistas promovidas pelos novos governantes. A desconstrução do aparato estatal concentrou-se nos órgãos e agências responsáveis por bens públicos, como saúde, educação, meio ambiente e até mesmo a diplomacia (Hirst; Maciel, 2022).

Para Hirst e Maciel (2022), a política externa tornou-se um eco dos parâmetros morais propugnados pelo novo governo, alinhando-se ao pensamento da extrema direita internacional. Uma composição intrincada entre prioridades na esfera internacional, perspectivas de mundo e princípios morais foi moldada. Essa combinação conduziu rapidamente a uma estreita colaboração com a administração Trump nos Estados Unidos, à defesa contundente de posturas antiglobalistas entrelaçadas com o

anticomunismo e à eliminação decidida do termo "gênero" do léxico da diplomacia brasileira.

Destacou-se ainda a presença de um forte componente religioso e moral, associado a um processo de "internacionalismo evangelista", que se combina no âmbito nacional com a exaltação dos valores pátrios por meio da mobilização popular e da comunicação através das redes sociais (Almeida, 2019). Aproveitando-se do fato de que a política externa no Brasil é predominantemente uma responsabilidade do Poder Executivo, no qual a necessidade de negociação com o Congresso é mitigada, Bolsonaro passou a utilizar a PEB como um espaço para declarações políticas, visando fidelizar a parcela mais radical de seu eleitorado (Lima; Albuquerque, 2019).

Desde os primeiros meses de seu governo, Bolsonaro defendeu uma política internacional que integrasse o Brasil ao redor de países liderados por figuras e ideias da extrema direita, destacando uma relação privilegiada com o ex-presidente Donald Trump e seus ideólogos. Essa aproximação compartilhava uma visão comum de antagonismo ao multilateralismo e aos princípios normativos do internacionalismo liberal. Ao mesmo tempo em que o Planalto se alinhava incondicionalmente com a Casa Branca antes da eleição de Joe Biden, tornaram-se evidentes as críticas às agendas valorizadas por atores e organizações da governança mundial, com ênfase nos direitos humanos, nas mudanças climáticas e na própria noção de bem público global. Essas posições resultaram em um crescente isolamento junto à comunidade internacional (Hirst; Maciel, 2022).

O alinhamento aos Estados Unidos não é uma novidade da Política Externa do Brasil, com a relação entre os dois países oscilando entre momentos positivos e negativos, sem resultar em confrontos abertos. A proximidade com os EUA não é única na condução de uma PEB "ideologizada", pois, considerando a política externa como extensão das políticas públicas, toda PEB é ideologizada, seguindo as diretrizes partidárias. Entretanto, para Lima e Albuquerque (2019), a peculiaridade do governo Bolsonaro não reside na ideologia ou alinhamento com os EUA, mas nos métodos para expressar suas intenções e sim, deve ser entendida pela lógica política subjacente ao governo, que opera com a estratégia de destruição e criação do caos para manter a

coesão de sua base eleitoral heterogênea (figuras do lava-jatismo, antipetismo e antissistema), composta por diversos segmentos insatisfeitos.

Nobre (2019) argumenta que Bolsonaro adotou a experiência de Trump como modelo, mobilização de redes sociais nos EUA liderada pela estratégia de Steve Bannon, que foi assistente de Trump e estrategista-chefe da Casa Branca até 2018, que utilizou dados e algoritmos para disseminar informações direcionadas às pautas conservadoras, mas a aplicação no Brasil apresentou desafios únicos. Ao contrário dos EUA, não há algo equivalente ao Partido Republicano para contrabalançar o discurso radical de Bolsonaro, que não renunciou à mobilização nas redes sociais, pois seu polo de mobilização radical construído por meio destas era a base de sustentação do governo.

Esta estratégia de "democracia direta tuitada", como chama Nobre (2019), nas redes sociais era crucial para manter a fidelidade da base, mas criou tensões com setores importantes do governo, como os militares. O estilo de governar, caracterizado pela constante tensão entre o polo mobilizador das bases sociais em rede e o organizador representado pelos militares, gerou incertezas sobre a racionalidade por trás das decisões e criou desafios para a gestão pública efetiva. É nessa tensão entre a dinâmica digital e a presidência que se encaixa o papel do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e a estratégia externa do governo Bolsonaro.

As decisões de nomear seguidores leais de Olavo de Carvalho para liderar o MRE não foi meramente coincidências. Sob a liderança de Ernesto Araújo, a política externa não apenas amplificou as vozes conservadoras nas redes sociais com nuances internacionais, mas também as alinhou com o principal movimento transnacional de articulação ideológica dos governos de direita e ultradireita contemporâneos. É importante observar, segundo Lima e Albuquerque (2019), que o alinhamento irrestrito aos Estados Unidos já não se fundamenta, como no passado, nas antigas doutrinas da Segurança Nacional da Guerra Fria que influenciavam o partido americano no país. Sua origem está nas ideias que circulam no circuito transnacional do radicalismo "olavista".

Ademais, a política externa bolsonarista também cultivou um relacionamento significativo com o Estado de Israel, indo além dos interesses alinhados aos EUA no contexto da geopolítica do Oriente Médio. Além disso, destacou-se um diálogo inter-religioso entre o cristianismo evangélico e as posições radicais do sionismo. Uma área

de convergência notável foi a defesa compartilhada do reconhecimento de Jerusalém como capital do Estado israelense. Entretanto, essa coincidência passou por ajustes durante a visita à Israel em março de 2019, quando o presidente Bolsonaro, em vez de replicar a postura dos Estados Unidos, anunciou a abertura de um escritório em Jerusalém dedicado à promoção do comércio, investimento, tecnologia e inovação (Hirst; Maciel, 2022).

3.2 RUPTURAS NA AGENDA DE POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA SOBRE GÊNERO: O NEOCONSERVADORISMO E A EMERGÊNCIA DA AGENDA ANTIGÊNERO

O neoconservadorismo é composto por diversos temas-chave, incluindo a defesa da família patriarcal, a adoção de um idealismo punitivo, abordagens específicas na política externa e a promoção do neoliberalismo. O que distingue o neoconservadorismo de outros movimentos e ideologias conservadoras e de direita é a ênfase que ele coloca nas questões reprodutivas e na defesa da família tradicional como pontos centrais de sua agenda (Lacerda, 2017).

No Brasil, a ascensão desse movimento neoconservador começou a ser percebida por volta de 2010, quando vozes abertamente conservadoras passaram a ganhar espaço no cenário público brasileiro, conforme apontado por Miguel (2016). Uma das principais preocupações do movimento neoconservador é o combate à denominada "Ideologia de Gênero", que tem se ampliado em escala global, estando cada vez mais associado a diversas discussões que abrangem a saúde reprodutiva das mulheres, a educação sexual e o reconhecimento das identidades não heterossexuais, entre outras questões (Miskolci; Campana, 2017). O combate à chamada "Ideologia de Gênero" teve início quando o conceito de "gênero" ganhou alcance global.

A noção de gênero, assim como a ideia de empoderamento e transversalidade, foi introduzida pela primeira vez em um documento internacional na "Plataforma de Ação de Pequim". Esse documento foi assinado durante a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em 1995, e afirmou os direitos das mulheres como direitos humanos (Zarpelon, 2021). Essa plataforma ofereceu uma nova abordagem para pensar as políticas públicas,

considerando uma análise de gênero como base e identificando doze áreas críticas de preocupação (Miranda; Parente, 2014).

A IV Conferência Mundial sobre a Mulher teve um impacto significativo em todo o mundo, destacando-se pela participação intensa de chefes de Estado e sociedade civil, bem como pelo enfoque na busca pela igualdade entre mulheres e homens. Embora o tema da igualdade já estivesse sendo debatido anteriormente, foi na Conferência de Pequim que esse processo se ampliou consideravelmente. Além de abordar questões relacionadas às mulheres, o conceito de gênero também foi elaborado e incorporado nas discussões (Miranda; Parente, 2014).

Durante a conferência, reconheceu-se que a desigualdade da mulher é um problema estrutural. Um marco importante foi a decisão de substituir o termo "mulher" (usado em conferências anteriores) pelo conceito de gênero, estabelecendo que todas as políticas e instituições econômicas, tanto dos governos quanto da comunidade internacional, devem adotar uma perspectiva de gênero (Declaração e Plataforma de Ação de Beijing, 1995). A Plataforma de Ação de Pequim consagrou três inovações dotadas de grande potencial transformador na luta pela promoção da situação e dos direitos da mulher:

O conceito de gênero permitiu passar de uma análise da situação da mulher baseada no aspecto biológico para uma compreensão das relações entre homens e mulheres como produto de padrões determinados social e culturalmente, e, portanto, passíveis de modificação. As relações de gênero, com seu substrato de poder, passam a constituir o centro das preocupações e a chave para a superação dos padrões de desigualdade. [...] A noção de transversalidade busca assegurar que a perspectiva de gênero passe efetivamente a integrar as políticas públicas em todas as esferas de atuação governamental. A essas inovações conceituais veio juntar-se a ênfase no tratamento da situação da mulher sob a perspectiva de direitos, o que implica reconhecer que a desigualdade entre homens e mulheres é uma questão de direitos humanos, e não apenas uma situação decorrente de problemas econômicos e sociais a serem superados. (ONU Mulheres, p. 148, 1995).

No entanto, essa determinação de colocar o conceito de "gênero" no centro dos debates encontrou forte objeção de diversos setores religiosos e conservadores, especialmente da Igreja Católica, que se opuseram à sua inserção. A "ideologia de gênero" tornou-se alvo de uma contraofensiva liderada pela Igreja Católica e outros conservadores religiosos. Eles a consideraram uma ferramenta ideológica de dominação, buscando desarticular as ideias feministas. Definiram a "ideologia de gênero" como um

sistema de pensamento fechado em que as diferenças entre homens e mulheres não correspondiam a uma natureza fixa, mas sim eram construções culturais e convencionais, baseadas nos papéis e estereótipos que cada sociedade atribui aos sexos, equiparando-a a totalitarismos como o nazismo e o comunismo (Miskolci; Campana, 2017).

Na V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, realizada em 2007, foi lançado o "Documento de Aparecida", que marcou o início da luta contra a chamada "ideologia de gênero". Esse documento representou a resistência dos preceitos religiosos e conservadores contra as políticas na América Latina que buscavam avançar nos direitos sexuais e reprodutivos (Zarpelon, 2021). Não é surpreendente que a luta contra a "ideologia de gênero" tenha se tornado um eixo prioritário de ação política. Essa ação foi além de documentos e declarações da Igreja, alcançando diversas organizações não governamentais denominadas de "pró-vida", as quais possuem um perfil religioso conservador acentuado.

Por meio de várias estratégias políticas, jurídicas e midiáticas, como lobby legislativo, denúncias a funcionários públicos, apresentação de ações judiciais com argumentos "científicos" sobre os supostos perigos da "ideologia de gênero" para a sociedade, manifestações públicas, programas de rádio, televisão e congressos acadêmicos, essas organizações têm influenciado as discussões públicas com os chamados "perigos sociais" da "ideologia de gênero". Essas organizações se apresentam como entidades seculares e democráticas, alegando ser genuínas representantes da sociedade civil e, portanto, legítimas interlocutoras na hora de negociar com os poderes do Estado (Miskolci; Campana, 2017).

Ademais, não são apenas a Igreja Católica e as organizações autodenominadas "pró-vida" que lideraram essa cruzada. Organizações evangélicas também se uniram à "causa" e tiveram um enorme impacto em vários países da região, buscando impedir o avanço dos direitos sexuais e reprodutivos. Além desses grupos, há outros que apoiam essa batalha por razões não apenas religiosas (Miskolci; Campana, 2017). No Brasil, um dos principais defensores do combate à "ideologia de gênero" é o movimento Escola Sem Partido (ESP), que existe desde 2004. Seu objetivo é coibir o que eles consideram ser uma "doutrinação ideológica" por parte de professores e professoras, o que inclui a abordagem de temas como gênero, raça e sexualidade no ambiente escolar. O ESP foi

contrário às ações propostas para combater a desigualdade de gênero, iniciadas durante a presidência de Luís Inácio Lula da Silva (Zarpelon, 2021).

Segundo Miskolci e Campana (2017), a partir de 2010, observou-se a ampliação da bancada neopentecostal no Congresso Nacional brasileiro, o que resultou no controle de algumas comissões, incluindo a de Direitos Humanos. Esse controle prejudicou o avanço de projetos relacionados aos direitos das mulheres, indígenas, negros, homossexuais e outras minorias. Para os autores, a hegemonia da noção de "ideologia de gênero" se firmou no Brasil a partir de 2011, ano em que o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu que a união entre pessoas do mesmo sexo tinha o mesmo status do casamento heterossexual. Esse marco reforçou a polarização em torno das questões de gênero e contribuiu para o fortalecimento do conceito de "ideologia de gênero" no contexto nacional, delineando uma gramática política na batalha de empreendedores morais contra o avanço dos direitos sexuais e reprodutivos. Assim, esse conceito é utilizado no contexto brasileiro para defender ações pró-família patriarcal, sendo um traço distintivo do neoconservadorismo brasileiro (Lacerda, 2017).

Em 25 de junho de 2014, o Congresso Nacional brasileiro aprovou o novo Plano Nacional de Educação (PNE), sob a Lei n^o 3.005, que estabelece as diretrizes e metas educacionais para a próxima década. Nesse processo, a questão de gênero foi retirada do texto, eliminando a meta que destacava a "superação de desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual". Os setores conservadores no Brasil conduziram uma intensa campanha midiática, retratando a questão de gênero como uma ameaça à "família tradicional" brasileira. Essa campanha foi identificada como uma "luta pelo estabelecimento dos significados sociais" e rotulou a "ideologia de gênero" como uma invenção da esquerda, potencialmente representando o "perigo" do comunismo se estabelecer no Brasil (Zarpelon, 2021).

A temática de gênero foi uma constante na trajetória política de Jair Bolsonaro desde o tempo em que ele ocupava uma das cadeiras da Câmara dos Deputados do Brasil. Bolsonaro atuou como deputado federal por 27 anos, de 1991 a 2018, e durante esse extenso período, protagonizou diversos episódios em que fez críticas e ataques às mulheres e à comunidade LGBTQIA+ (Guazina; Leite; Santos, 2021). Assim,

aproveitando-se dessa onda conservadora, Jair Messias Bolsonaro, se candidatou às eleições presidenciais de 2018 pelo Partido Social Liberal (PSL).

Durante a campanha eleitoral, Bolsonaro abandonou suas posições mais intervencionistas e adotou um discurso liberal econômico, apoiando a redução do Estado e a privatização de empresas estatais (Zarpelon, 2021). Ao observarmos sua campanha, fica evidente o uso recorrente da pauta antigênero, especialmente combinada com notícias falsas e polêmicas públicas (Selis; Prado, 2021). Segundo Zarpelon (2021), ele também se tornou um defensor dos valores familiares e da extrema direita, incluindo a simpatia pela ditadura militar brasileira e o combate à "ideologia de gênero".

Zarpelon (2021) evidencia a figura de Olavo de Carvalho, jornalista autoproclamado filósofo, um dos influenciadores importantes da campanha de Bolsonaro. Carvalho defendia o combate ao que ele chama de "marxismo cultural" no Brasil. Suas ideias e discursos foram fundamentais para consolidar a narrativa neoconservadora e atrair apoio para a candidatura de Bolsonaro. Para Olavo de Carvalho, os "globalistas" se infiltram nos meios intelectuais, como escolas e universidades, com o objetivo de gradualmente dominar a cultura e alcançar hegemonia na sociedade. Ele denominou esse fenômeno de "marxismo cultural", uma forma de doutrinação sem o uso da força.

Com o apoio de movimentos sociais de direita brasileiros, como o Movimento Brasil Livre (MBL), diversos militares, a bancada evangélica no Congresso Nacional e partidos políticos conservadores do Brasil, além do "ódio ao PT" que estava presente no cenário político brasileiro, Jair Bolsonaro venceu as eleições presidenciais no segundo turno com 55% dos votos válidos com um discurso de direita, enfatizando a defesa dos direitos da família e da sociedade brasileira. Desde sua eleição até o final de seu mandato, Bolsonaro manteve seu discurso neoconservador e tomou diversas medidas que alteraram as políticas públicas relacionadas aos direitos das mulheres no Brasil (Zarpelon, 2021).

É possível afirmar que a ascensão de Bolsonaro ao poder está intimamente relacionada à influência das correntes neoconservadoras que ganharam força em todo o mundo, refletindo uma tendência de crescente conservadorismo político no cenário internacional. A chegada de líderes de direita com visões autoritárias tem sido marcada pelo uso de novas metodologias e estratégias para influenciar a opinião pública e moldar

os resultados eleitorais, tornando-se cada vez mais evidente ao longo do tempo. Para compreender a guinada conservadora no Brasil e no ocidente, é fundamental destacar diversos elementos que contribuem para a visibilidade do eixo ideológico (Rodriguez, 2020).

A intenção e determinação do novo governo de expressar uma clara rejeição ao conceito de "gênero" foram proclamadas de maneira enfática no discurso de posse do presidente recém-eleito. Posteriormente, essa orientação ideológica se refletiria em frequentes pronunciamentos, novas propostas legislativas contrárias aos temas de gênero e sexualidade na educação, além da sistemática inserção de perspectivas antigênero nas diretrizes da política de direitos humanos e da política externa. Esse redirecionamento abrupto posicionou o Brasil como um dos poucos países no mundo onde a ideologia antigênero está inequivocamente consolidada no aparato estatal (ABIA; *et al*, 2021).

A nomeação do chanceler brasileiro, Ernesto Henrique Fraga Araújo, marcou o início de uma política externa fortemente ideologizada no Brasil (Rodriguez, 2020). Enquanto ministro, o embaixador de filiação católica alinhou-se às posições anti-globalistas e fortaleceu a construção de inimigos internacionais, muitas vezes apoiando perspectivas antigênero e anticomunistas. Sob sua gestão, a política externa brasileira implementou sistematicamente ações contrárias à chamada "ideologia de gênero" (Selis; Prado, 2021). O Ministro das Relações Exteriores, reproduzia a crença de Olavo de Carvalho, na existência de uma conspiração "globalista" de viés socialista, na negação da crise climática, na valorização do supremacismo cristão e na fé no papel preponderante dos Estados Unidos como salvador das questões globais (Miguel, 2020).

A transformação do antigo Ministério de Direitos Humanos para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, como parte de uma reestruturação ministerial, fundindo ministérios para cortar gastos, com a indicação de uma liderança conservadora como Damares Alves, refletiu o deslocamento ideológico das políticas de proteção de minorias no Brasil (Selis; Prado, 2021). Damares Alves é uma pastora evangélica, advogada e educadora com envolvimento em diversas frentes parlamentares e organizações religiosas. Teve participação relevante como assessora jurídica da Frente Parlamentar Evangélica e da Frente Parlamentar da Família e Apoio à Vida, além de ter

ocupado a posição de diretora de Assuntos Parlamentares na Associação Nacional de Juristas Evangélicos e desempenhado o papel de Secretária Nacional do Movimento Brasil Sem Aborto (Maranhão; Franco, 2019). Para Selis e Prado (2021), sob sua gestão, foram evidenciados retrocessos e esvaziamento na agenda relacionada aos direitos humanos, gênero e sexualidade.

Segundo Zarpelon (2021), a advogada e pastora evangélica foi uma importante defensora do combate à suposta "ideologia de gênero". Entre as medidas adotadas pelo governo em âmbito nacional, apontam Selis e Prado (2021), destaca-se a exclusão da comunidade LGBTQI+ das diretrizes de Direitos Humanos do governo, a extinção dos Comitês de Gênero e de Diversidade e Inclusão, o alinhamento com grupos ativistas contrários ao aborto, bem como o apoio a projetos que visam evitar a abordagem de questões de gênero nas escolas de ensino fundamental e os frequentes vetos a financiamentos de projetos relacionados às minorias sexuais.

A ministra também declarou uma "nova era" em que meninos deveriam vestir azul e meninas, rosa, reforçando a ideia de defesa da identidade biológica e desfazendo antigas diretrizes de Direitos Humanos no Brasil que defendiam a inclusão e proteção da população LGBTQIA+ (Zarpelon, 2021). Embora essa frase possa parecer inofensiva, seu discurso subjacente é mais profundo e revela uma conexão com a perpetuação dos estereótipos de gênero, que limitam as liberdades e expressões dos seres humanos, impondo rígidas categorias de masculino e feminino baseadas unicamente em genitais (Cunha, 2020).

Em resumo, essa mudança de abordagem representou uma restauração de valores conservadores em relação a questões de gênero e sexualidade. Segundo a perspectiva do governo, administrações anteriores teriam "politizado" indevidamente esses temas. A gestão colocou como princípios centrais da Política Nacional de Direitos Humanos o combate à "ideologia de gênero" e a promoção dos "valores tradicionais". A alteração na estrutura e no nome do Ministério foi um indicativo inicial significativo dessa virada ideológica (ABIA; *et al*, 2021).

É de suma importância ressaltar que o ministério liderado por Damares exerceu um papel central na definição dos posicionamentos brasileiros em questões internacionais (Selis; Prado, 2021). Tanto a ministra Damares Alves quanto a

representante permanente do Brasil junto à ONU ecoaram um discurso antiprogressista e permeado de desinformação sobre gênero e sexualidade. Esse discurso foi amplamente utilizado durante a campanha eleitoral de Jair Messias Bolsonaro. Como resultado, temas importantes relacionados aos direitos e à inclusão são relegados em detrimento de uma abordagem conservadora que coloca em risco os avanços conquistados na busca por uma sociedade mais justa e igualitária (Cunha, 2020).

Em julho de 2019, durante a 41ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, o governo brasileiro propôs a retirada do termo "gênero" das resoluções que tratam da "igualdade entre homens e mulheres" (Cunha, 2020). O debate central foi sobre o combate à discriminação e à violência de gênero, incluindo a condenação da prática de mutilação genital feminina (Brandão; Cosmelli, 2020). Ernesto Araújo, Ministro das Relações Exteriores do governo Bolsonaro, anunciou a posição do Brasil em relação ao uso de termos e expressões considerados "dúbios" e que causariam confusão e mal-entendidos.

O governo brasileiro afirmou a necessidade de proteger o ambiente familiar saudável para mulheres e crianças, sem a interferência do Estado com o objetivo de dissolver ou enfraquecer a estrutura da família tradicional (Farias, 2019). Essa posição foi criticada por delegações estrangeiras, que consideraram a visão binária sobre gênero defendida pelo Brasil como um retrocesso na promoção dos direitos humanos. Além disso, o governo brasileiro solicitou a exclusão de trechos relacionados à "vulnerabilidade à violência sexual e com base em gênero"; "desigualdade com base em gênero" e "Serviços de saúde sexual e reprodutivos" das resoluções da ONU (Cunha, 2020).

Segundo Cunha (2020), o discurso patriarcal e neoconservador adotado pelo governo brasileiro se reflete em práticas políticas concretas, especialmente através do resgate do Estatuto da Família e do Estatuto do Nascituro, Projetos de Lei defendidos pela Ministra Damares. O Estatuto da Família busca restringir a definição de núcleo familiar exclusivamente para aqueles constituídos por homem e mulher, excluindo outros tipos de família e relegando-os a um limbo jurídico. Por sua vez, o Estatuto do Nascituro defende a ideia do direito à vida do nascituro, independentemente das circunstâncias, inclusive em casos de estupro, impedindo a possibilidade de realizar o aborto. Essa proposta entra em conflito com o Código Penal brasileiro, que permite o aborto em

situações específicas. Essa postura, ao estabelecer que o direito à vida começa desde a concepção, privilegia os corpos ainda não nascidos em detrimento da vida e dos direitos de inúmeras mulheres, o que pode ser considerado inconstitucional.

As declarações do governo, portanto, não apenas representaram uma contraposição aos conteúdos de documentos internacionais sobre direitos humanos e igualdade de gênero (podendo algumas delas serem consideradas crimes no ordenamento jurídico brasileiro), mas também carregaram um significado simbólico que se reflete de forma pragmática nas práticas governamentais em curso. O discurso criado em torno do gênero ocultou intenções assertivas de diminuição da igualdade de gênero (rebatizada de "ideologia de gênero"), indo além do seu mero caráter como ferramenta de discurso político (Cunha, 2020).

Com a eleição de Jair Messias Bolsonaro e a nomeação de Araújo como Ministro das Relações Exteriores e de Damares como Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, de acordo com Rodriguez (2020), vários elementos do aglomerado ideológico da direita fundamentalista vieram à tona, condensando aspectos do pacote ideológico que combina negacionismo científico, defesa da irracionalidade, revisão cultural e religiosa do cristianismo e a luta contra a "ideologia de gênero". A "ideologia de gênero" foi utilizada como uma ferramenta discursiva que, por meio de suas estratégias, promoveu efeitos desiguais na prática política e legitimou uma abordagem governamental que pôs a questão das discriminações de gênero em segundo plano de forma estratégica (Cunha, 2020). Essa perspectiva também incluiu a supremacia do homem branco permeada de machismo e racismo. Esses valores e crenças desempenharam um papel fundamental na defesa de posicionamentos da Política Externa Brasileira, abrangendo desde o apoio à mudança da capital de Israel de Tel Aviv para Jerusalém até questões relacionadas às mudanças climáticas e aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres nos debates multilaterais na ONU (Rodriguez, 2020).

Segundo Cunha (2020), a agenda que busca igualdade de gênero, igualdade racial, diversidade e direitos humanos perdeu relevância, cedendo espaço para uma política internacional conservadora. Essa abordagem se apoiou na alegação de que a agenda liberal-progressista é ideológica, substituindo-a por uma atuação internacional partidária e ideológica, mas de sentido contrário. O autor traz destaque a atuação do

governo brasileiro, tanto a nível interno quanto externo, pois indicou retrocessos em políticas internas e na Política Externa relacionadas à igualdade de gênero.

Ademais, com o governo Bolsonaro, a comunicação entre setores da sociedade civil e movimentos sociais com o governo federal sofreu um enfraquecimento significativo, permitindo que movimentos antigênero vinculados a redes e organizações religiosas ganhassem espaço e influência. Esses representantes substituíram os movimentos feministas como interlocutores legítimos do Estado, fortalecendo assim a base para um governo ultraconservador e antifeminista. As formulações de Política Externa do governo Bolsonaro não apenas rejeitam o diálogo com os movimentos feministas na governança global de gênero, mas também sugerem um aparelhamento dos órgãos responsáveis pela formulação da política externa brasileira por grupos ultraconservadores contrários aos direitos das mulheres, da população LGBTQI+ e ao debate sobre orientação sexual e identidade de gênero (Selis; Prado, 2021).

3.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Em síntese, a trajetória política de Jair Bolsonaro, desde seu longo período como deputado federal até sua eleição como presidente do Brasil, foi marcada por uma abordagem conservadora, especialmente no que diz respeito às questões de gênero e diversidade sexual. Se durante sua campanha eleitoral Bolsonaro adotou um discurso liberal econômico, observou-se a utilização estratégica da pauta antigênero como elemento catalisador de apoio, aliado a polêmicas públicas e notícias falsas. A influência de Olavo de Carvalho e sua denúncia do "marxismo cultural" contribuíram para consolidar uma narrativa neoconservadora que permeou o governo. Com a ascensão ao poder, Bolsonaro e seus aliados implementaram políticas e discursos que desconsideram os avanços na promoção da igualdade de gênero, afetando direitos das mulheres e da comunidade LGBTQIA+.

A mudança no Ministério de Direitos Humanos para Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, sob a liderança de Damare Alves, representou um deslocamento ideológico significativo. A ministra, alinhada a valores conservadores, promoveu retrocessos nas agendas relacionadas a direitos humanos, gênero e

sexualidade, refletindo uma restauração de valores tradicionais. Essa postura se manifesta concretamente em propostas legislativas, como o Estatuto da Família e o Estatuto do Nascituro, que restringem definições familiares e limitam o direito ao aborto.

A Política Externa Brasileira, liderada por Ernesto Araújo, seguiu uma abordagem ideológica e anti-globalista, refletindo-se em posições contrárias a termos "dúbios" como "gênero" em fóruns internacionais. Essa postura gerou críticas e questionamentos sobre a coerência do Brasil com acordos e tratados internacionais de direitos humanos. A rejeição à "ideologia de gênero" e a promoção de valores conservadores contribuíram para alianças com setores ultraconservadores, mas também levantaram preocupações sobre o compromisso do país com padrões internacionais.

Assim, ao adotar uma perspectiva baseada na teoria feminista e na análise de política externa, é possível compreender não apenas as transformações discursivas, mas as implicações práticas dessas políticas para os direitos humanos, igualdade de gênero e diversidade sexual no Brasil. A ascensão de Bolsonaro revelou uma tendência global de conservadorismo político, destacando a necessidade de análises críticas para compreender os desafios enfrentados pela promoção dos direitos humanos em um contexto internacional cada vez mais polarizado e ideologicamente marcado.

4 O NOVO POSICIONAMENTO INTERNACIONAL BRASILEIRO: FAMÍLIA, NEOCONSERVADORISMO E AGENDA ANTIGÊNERO NO GOVERNO BOLSONARO

Historicamente, a sensibilidade de gênero é claramente evidenciada na política externa do Brasil. O país comprometeu-se a ratificar acordos internacionais e regionais que visavam combater a violência e a discriminação contra mulheres. Além disso, os discursos dos representantes governamentais em fóruns internacionais refletiam esse comprometimento. A Política Externa Brasileira se mostrava, sem dúvida, bastante avançada e progressista quando considerados os padrões internacionais e regionais (Salomón, 2016).

Nesse contexto, no presente capítulo, explorou-se algumas das ações promovidas pela equipe de Damares no contexto das discussões internacionais sobre Direitos Humanos. Ao mesmo tempo, foi feito um acompanhamento das principais decisões do Ministério das Relações Exteriores (MRE) em relação à questões de gênero. O argumento é de que ambas as instâncias refletem uma política externa com baixa ou nenhuma sensibilidade em relação aos compromissos de combate à discriminação e à violência de gênero. Essa constatação alinha-se à abordagem proposta por Mónica Salomón (2016, p. 6):

Entre outros possíveis indicadores de políticas externas sensíveis ao gênero podemos incluir, por exemplo, os acordos internacionais contra a discriminação e violência de gênero aos quais um governo está vinculado, os pronunciamentos políticos de um governo sobre situações que afetam os direitos das mulheres no mundo, a participação ativa nas discussões intergovernamentais em governança de gênero e a aplicação de políticas de transversalização de gênero nos projetos de cooperação internacional para o desenvolvimento/ajuda externa nos quais participa como doador, executor ou receptor, assim como na aplicação de políticas de transversalização de gênero nas ações de suas forças de manutenção da paz no exterior.

Com o intuito de avaliar a quebra de continuidade da administração de Bolsonaro em relação aos compromissos sensíveis ao gênero na política externa brasileira, o foco da análise foi baseado em acordos, discussões e, principalmente, pronunciamentos conduzidos pelas lideranças do governo no âmbito da temática de gênero. Desde 2019,

várias declarações oficiais apontam para as novas orientações da política externa brasileira em relação à agenda de gênero.

Assim, este capítulo buscou investigar e analisar o posicionamento internacional adotado pelo Brasil em relação às questões de gênero durante o governo Bolsonaro, com especial atenção para a atuação do país no Conselho de Direitos Humanos da ONU (CDHNU). Buscou-se compreender as mudanças significativas nas políticas e abordagens governamentais que impactaram diretamente as discussões sobre gênero no âmbito internacional. A análise se estenderá ao papel do Brasil em organismos internacionais, com destaque para sua participação no CDHNU, onde decisões e posicionamentos têm repercussões globais.

Ao examinar as declarações do Brasil neste contexto buscou-se uma compreensão mais aprofundada da posição do governo Bolsonaro a respeito das políticas de gênero, fornecendo insights sobre os desafios e implicações dessas mudanças no cenário internacional de direitos humanos. Além disso, a seção pretendeu mostrar a projeção da imagem que o Brasil buscou transmitir ao mundo e aos países com os quais mantém relações, considerando-a como componente essencial para compreender a perspectiva do governo Bolsonaro sobre a inserção internacional do país. O propósito desta análise de discursos, então, é examinar como a temática de gênero é mencionada na atuação internacional do Brasil e como essa menção é articulada.

Como instrumento analítico para examinar os dados, adotou-se a Análise de Conteúdo, uma abordagem que busca aprofundar a compreensão dos significados e sentidos das mensagens, transcendendo uma análise superficial. Bardin (2011) apresenta as potenciais aplicações da análise de conteúdo como um método de categorias que permite a classificação dos componentes do significado da mensagem em categorias distintas. Segundo a autora, a análise de conteúdo não é apenas uma análise de significados; pelo contrário, envolve uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo extraído das comunicações, juntamente com sua interpretação correspondente. A análise de conteúdo busca compreender o que está por trás do significado das palavras.

Seguindo a proposta de Bardin (2011), a Análise de Conteúdo desdobra-se em três etapas: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados,

inferência e interpretação. Na etapa inicial, a pré-análise, o material é estruturado para formar o corpus da pesquisa e os documentos são selecionados, hipóteses são formuladas e indicadores são desenvolvidos para orientar a interpretação final. Durante a fase subsequente, a exploração do material, aplicaram-se as decisões da pré-análise, iniciando a análise dos documentos para atingir os objetivos e testar a hipótese. Para analisar os dados encontrados, utilizou-se a análise temática, método que busca desvendar os significados presentes na comunicação e cuja presença ou frequência pode indicar algo (Bardin, 2011).

Para Bardin, a presença ou ausência de elementos ou unidades de registro (como palavras, temas ou outras unidades) pode ter significado. A ausência de determinados elementos pode bloquear ou revelar intenções ocultas. Por exemplo, a menção dos termos "gênero" e "mulher(es)" e suas frequências podem sugerir a atenção dada a esse tema pelo governo e seus representantes. Entretanto, além da interpretação da frequência, o foco recai na identificação qualitativa do que cada representante expressa sobre o tema investigado. O objetivo é compreender como o governo percebe o tema, visando entender a formulação da política externa para a temática de gênero.

Destaca-se que, segundo Bardin (2011), em mensagens políticas, as palavras necessitam de contexto para serem compreendidas em seu verdadeiro sentido. Por exemplo, o termo "mulher(es)", mesmo que presente na maioria dos discursos e documentos, pode assumir significados distintos ou conotações diferentes em cada contexto analisado. Ademais, segundo Bardin o pesquisador precisa retornar ao referencial teórico, sendo ele nesta pesquisa baseado na Teoria Feminista de Relações Internacionais, procurando embasar as análises dando sentido à interpretação. Uma vez que, as interpretações pautadas em inferências buscam o que se esconde por trás dos significados das palavras para apresentarem, em profundidade, o discurso dos enunciados.

4.1 DAMARES E A DEFESA DA FAMÍLIA E DO DIREITO À VIDA “DESDE A CONCEPÇÃO”

A transformação do Ministério de Direitos Humanos para Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, com a nomeação da pastora conservadora Damares Alves, é um indicativo fundamental do realinhamento ideológico nas políticas voltadas para a proteção de minorias no Brasil. Observou-se uma diminuição significativa da importância da pasta e retrocessos em temas relacionados a direitos humanos, gênero e sexualidade.

Entre as medidas adotadas pelo governo no âmbito doméstico, destaca-se a exclusão da comunidade LGBTQI+ das diretrizes de Direitos Humanos do governo, o desmantelamento dos Comitês de Gênero e de Diversidade e Inclusão, a colaboração do ministério com grupos contrários ao aborto, o respaldo a um projeto que visa proibir a discussão de questões de gênero nas escolas de ensino fundamental, e a rejeição constante de financiamento para projetos relacionados às minorias sexuais. É fundamental destacar que ministério liderado por Damares desempenha um papel central na definição das posições do Brasil em contextos internacionais (Selis; Prado, 2021).

O discurso da Ministra Damares Alves na abertura do Segmento de Alto Nível da 40ª sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, em 25 de fevereiro de 2019, ocorreu poucos dias após o início do governo de Jair Bolsonaro. O discurso apresentou um amplo panorama das políticas e compromissos do governo brasileiro em relação aos direitos humanos, abordando diversas temáticas, incluindo a de gênero. A ministra destacou o compromisso inabalável com os mais altos padrões de direitos humanos e a defesa da democracia, ressaltando a criação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos como uma medida central para desenvolver políticas abrangentes nessa área (Alves, 2019b).

Em relação a frequência de termos considerados importantes para a análise, a palavra "mulher", e sua forma no plural, foi citada no discurso 6 vezes, excluindo quando citada no nome do ministério. A palavra "gênero" não foi citada nenhuma vez. A palavra "igualdade" foi citada apenas uma vez, mas no contexto de igualdade racial, não igualdade de gênero. A inclusão da "Família" no nome do ministério pode ser interpretada

como uma possível associação entre a identidade e os direitos das mulheres com papéis tradicionais de gênero, como a maternidade e a vida familiar. Esta perspectiva, presente no percebida também no contexto em que a palavra "mulher(es)" se apresenta no discurso, traz questionamentos se essa abordagem limita a autonomia das mulheres ao enquadrá-las principalmente em papéis familiares predefinidos.

Apesar da menção ao enfrentamento da discriminação e da violência contra as mulheres, é possível indagar sobre a eficácia dessas promessas sem uma abordagem mais específica e detalhada sobre políticas concretas para combater sistemicamente esses problemas. Ademais, embora seja positivo que o discurso destaque a inclusão de mulheres de comunidades tradicionais, uma análise crítica utilizando o referencial teórico da pesquisa, que é feminista, poderia sugerir uma abordagem mais detalhada e sensível às necessidades específicas dessas mulheres, considerando as complexidades culturais e sociais de suas comunidades.

Além disso, pode-se apontar a ausência de menção explícita a identidades de gênero diversas. O discurso fala sobre mulheres em termos relativos à cisgeneridade, levantando a necessidade de políticas que considerem também as mulheres trans e não binárias. Embora haja um compromisso declarado em combater a discriminação e violência contra pessoas LGBT, não há clareza e detalhes sobre as medidas específicas para garantir a proteção dos direitos dessa comunidade.

A ministra anunciou que "defenderemos tenazmente o pleno exercício por todos do direito à vida desde a concepção" (Alves, 2019b). Esta menção ao direito à vida desde a concepção gera debates, especialmente quando relacionado à saúde reprodutiva, reintroduzindo a discussão sobre o aborto em uma dinâmica de criminalização. Pode-se questionar se essa abordagem respeita a autonomia das mulheres em tomar decisões sobre seus corpos e vidas. Outro ponto de reflexão a ser mencionado é, por exemplo, a ausência de menção explícita à igualdade salarial e à participação das mulheres em cargos de liderança. O discurso não aborda adequadamente questões estruturais que perpetuam a desigualdade de gênero no âmbito profissional e político, indo além das políticas de proteção e incluindo iniciativas efetivas para promover a equidade.

Em março de 2019, a Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damara Alves, esteve presente na 63ª Conferência sobre o Status da Mulher (CSW),

comissão do Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC), realizada na sede da Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova Iorque. A Ministra iniciou seu discurso afirmando que "a promoção da igualdade entre mulheres e homens é uma prioridade permanente do Estado brasileiro, prevista na nossa Constituição Federal" (Alves, 2019d). O trecho reflete o apagamento do termo "igualdade de gênero" do discurso.

No discurso, as palavras "mulher" ou "mulheres" foram mencionadas 16 vezes, enquanto a palavra "gênero" não foi utilizada. Embora o discurso destaque avanços legislativos, como a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio, para combater a violência de gênero, não aborda diretamente a necessidade de políticas específicas para abordar as desigualdades estruturais de gênero. A ausência da palavra "gênero" no discurso reflete uma abordagem limitada, focada em uma visão binária das relações de gênero, não abrangendo a complexidade das experiências das mulheres em diversas áreas da sociedade.

No discurso proferido pela Ministra Damares na Cúpula da Demografia, realizada em 21 de setembro de 2019, em Budapeste, Damares reiterou o compromisso do presidente Jair Bolsonaro com a defesa da família, destacando o Brasil como uma nação liderada por um líder extraordinário, empenhado em posicionar o país globalmente como defensor dos valores familiares e pró-vida. Ao longo de seu discurso, evidencia-se a visão de que a promoção da paz está intrinsecamente ligada à revitalização dos valores familiares, ao mesmo tempo em que coloca a família como a unidade ontológica fundamental para as políticas de Direitos Humanos. Nas palavras de Damares, "o Brasil reconhece o papel crucial das famílias na promoção e proteção dos Direitos Humanos", sendo imperativo fomentar "um ambiente familiar saudável para garantir um espaço seguro para mulheres e crianças, combatendo e prevenindo violência e discriminação" (Alves, 2019a).

Ao direcionar o foco para a família, Damares estabelece um segundo pilar central para a postura conservadora do Brasil no cenário internacional, que é a proteção da infância. Conforme afirmado pela ministra, o enfrentamento do "fantasma da violência" exige políticas públicas voltadas para o "bem-estar das famílias brasileiras", destacando a necessidade de investir nas crianças. Damares ressalta a importância de respeitar a integridade das crianças, rejeitando veementemente a chamada "ideologia de gênero".

Esta foi a única menção a palavra gênero no discurso. A relação direta entre Direitos Humanos, Família e Infância emerge como uma tríade estruturante das ações do governo Bolsonaro nas instâncias da ONU, fundamentada em uma reinterpretação do direito à vida, que passa a ser considerado válido desde a concepção.

Dessa forma, o discurso de Damares revela-se como um reflexo de uma rede de estratégias narrativas que proporcionam a abertura para debates contra a igualdade de gênero, incorporando críticas à ideologia de gênero e oposição ao aborto. Além disso, a fala proferida em Budapeste destaca a costura política estabelecida entre os argumentos contrários à igualdade de gênero e as alianças internacionais buscadas pelo Brasil, como mostra o texto no qual ela convida os Estados presentes na reunião a se unirem ao Brasil "na formação de um grupo de países 'amigos da família' para, no âmbito da Organização das Nações Unidas, defender e resgatar valores que, por vezes, alguns setores tendem a negligenciar". Nesse contexto, ressalta-se a importância do conservadorismo cultural, articulado pela agenda contrária à igualdade de gênero, como uma matriz discursiva que permite ao governo Bolsonaro construir uma identidade política capaz de estabelecer afinidades com seus aliados no cenário internacional.

O discurso da Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves na cerimônia de publicação dos compromissos voluntários do Brasil no contexto de sua candidatura ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas no Palácio Itamaraty em 4 de outubro de 2019, abordou diversas questões relacionadas aos direitos humanos, com ênfase em iniciativas voltadas para mulheres, crianças, jovens, pessoas com deficiência, idosos, população em situação de rua, povos tradicionais, igualdade racial, e povos indígenas (Alves, 2019c).

No entanto, ao analisar a temática de gênero, observa-se uma abordagem que destaca a proteção da vida desde a concepção e o enfrentamento à violência contra a mulher. A utilização da palavra "gênero" é notavelmente ausente no discurso, refletindo uma abordagem que se alinha a uma perspectiva mais conservadora. As referências à saúde sexual e reprodutiva também são limitadas, com destaque para a valorização da vida desde a concepção e a ênfase na proteção da família.

Do ponto de vista crítico feminista, a análise evidencia uma abordagem que enfatiza a maternidade e a proteção da vida, mas que carece de uma discussão mais

aberta sobre os direitos reprodutivos das mulheres, incluindo o acesso a serviços e informações sobre saúde sexual. A ausência de menções específicas a temas como igualdade de gênero também sugere uma abordagem que pode não abranger plenamente as preocupações e lutas das mulheres na busca por seus direitos.

Em 22 de outubro de 2020, trinta e dois países, incluindo o Brasil, firmaram a Declaração de Consenso de Genebra, destacando a importância do acesso feminino aos avanços na promoção da saúde, especialmente a saúde sexual e reprodutiva, com a exceção do aborto. Além dos seis países líderes (Brasil, Estados Unidos, Egito, Hungria, Indonésia e Uganda), outros signatários incluem Bielorrússia, República Democrática do Congo, Haiti, Iraque, Kuwait, Paquistão, Arábia Saudita, Senegal, Emirados Árabes, entre outros (Ministério das Relações Exteriores, 2020).

O Ministério das Relações Exteriores do Brasil declarou que a iniciativa visa "defender o direito das mulheres aos mais altos padrões de saúde, promover a contribuição essencial das mulheres para a saúde, reforçar o papel da família para uma sociedade próspera e bem-sucedida e enfatizar a necessidade de se proteger o direito à vida" (MRE, 2020). A iniciativa, conduzida pelos Estados Unidos em 2020 em parceria com Brasil e outros países, representou uma ofensiva antiaborto que também se opõe ao fortalecimento da agenda de educação sexual e direitos reprodutivos nas Organizações Internacionais. O envolvimento do governo brasileiro nessa pauta estendeu-se para além da OMS e ONU, incluindo outras organizações internacionais (Selis; Prado, 2021).

No discurso na Segunda Reunião do Segmento de Alto Nível da 46ª sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, em 22 de fevereiro de 2021, a Ministra Damares Alves reiterou "que o Brasil continua firme na defesa da Democracia da Liberdade da família e da vida a partir da concepção" (Alves, 2021). Novamente os termos "gênero" e "igualdade de gênero" não foram citados. Na mesma sessão, o Brasil optou por não se juntar a uma declaração feita na segunda-feira, no Conselho de Direitos Humanos, envolvendo mais de 60 países. A iniciativa tinha como objetivo celebrar o Dia Internacional das Mulheres e assumir compromissos relacionados à saúde feminina (Chade, 2021b).

O discurso da Ministra Damares Alves na abertura do Segmento de Alto Nível da 49ª sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, em 28 de fevereiro de 2022, aborda uma série de tópicos relacionados às ações do governo brasileiro em diferentes áreas, incluindo saúde, assistência social, direitos humanos e igualdade (Alves, 2022). Em relação à temática de gênero e ao uso da palavra "mulher", algumas observações podem ser feitas. Em relação a frequência de termos considerados importantes para a análise, a palavra "mulher", e sua forma no plural, foram citadas no discurso 3 vezes. A palavra "gênero", como nos outros discursos, não foi citada nenhuma vez. A palavra "igualdade" foi citada apenas uma vez, mas no contexto de igualdade racial, não igualdade de gênero.

No discurso, há menção à proteção das mulheres e meninas, com investimentos significativos em políticas voltadas para esse grupo, incluindo ações de combate à violência e medidas preventivas. No entanto, é importante notar que o discurso não aborda de maneira aprofundada as questões específicas que as mulheres enfrentam, como a desigualdade de gênero, a violência doméstica e o acesso aos direitos reprodutivos. Além disso, o discurso destaca a redução da gravidez precoce e a queda no número de crianças e adolescentes mortos por agressão, o que são conquistas positivas. No entanto, é possível questionar-se se as políticas adotadas abordam integralmente as causas subjacentes desses problemas e se incluem uma abordagem centrada nos direitos das mulheres.

4.2 ERNESTO ARAÚJO E O APAGAMENTO DO TERMO "GÊNERO"

Na condição de ministro, o embaixador Ernesto Araújo, com afiliação católica, alinhou-se às posições antiglobalistas e fortaleceu a criação de adversários internacionais, predominantemente sustentadas pelas perspectivas antigênero e anticomunista. Durante sua gestão, a política externa brasileira implementou ações sistemáticas contra a denominada "ideologia de gênero" (Selis; Prado, 2021).

No discurso do ministro Ernesto Araújo durante cerimônia de Posse no Ministério das Relações Exteriores – Brasília, em 2 de janeiro de 2019, destaca-se para esta análise o trecho:

Aqueles que dizem que não existem homens e mulheres são os mesmos que pregam que os países não têm direito a guardar suas fronteiras, são os mesmos que propalam que um feto humano é um amontoado de células descartável, são os mesmos que dizem que a espécie humana é uma doença e que deveria desaparecer para salvar o planeta (Araújo, 2019b).

Embora o discurso mencione "homens e mulheres", ele não aborda a complexidade das questões de gênero. O uso dessas expressões pode ser percebido como uma simplificação da compreensão das identidades de gênero, negligenciando a existência de pessoas cuja identidade de gênero não se encaixa rigidamente nas categorias binárias de homem e mulher. Isso sugere uma visão limitada que não reconhece a diversidade e a fluidez das experiências de gênero.

Além disso, ao mencionar "um feto humano como um amontoado de células descartável", o discurso reflete uma abordagem reducionista da questão do aborto. Ignora o debate ético em torno do direito das mulheres à autonomia sobre seus corpos e toma uma posição que pode ser interpretada como desconsiderando os contextos individuais e complexos em que decisões relacionadas à gravidez são tomadas.

Também se destaca o trecho: "O globalismo se constitui no ódio, através das suas várias ramificações ideológicas e seus instrumentos contrários à nação, contrários à natureza humana, e contrários ao próprio nascimento humano" (Araújo, 2019b). A associação de globalismo à negação da existência de homens e mulheres e à desvalorização da vida humana é uma generalização que simplifica o debate em torno dessas questões complexas. Isso pode ser visto como uma estratégia retórica que tende a polarizar e simplificar discussões importantes relacionadas a gênero, autonomia reprodutiva e direitos humanos.

Destaca-se a iniciativa tomada em junho de 2019, quando o Itamaraty emitiu instruções oficiais orientando os diplomatas a reiterarem "o entendimento do governo brasileiro de que a palavra gênero significa o sexo biológico: feminino ou masculino" (Folha de São Paulo, 2019) em fóruns multilaterais. Conforme relato da imprensa, em duas reuniões na ONU e na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), os diplomatas foram orientados a enfatizar a perspectiva do governo brasileiro sobre gênero para outros países.

Assim, ao vetar a inclusão do termo "igualdade de gênero" ou "educação sexual" em resoluções e documentos oficiais na ONU, o Ministério liderado por Ernesto Araújo reforçou uma visão de gênero binária e fortemente ancorada no dimorfismo sexual. A prática recorrente de vetar o termo "gênero" em resoluções da ONU por parte da diplomacia brasileira sob a gestão de Araújo tornou-se uma conduta frequente, contando com o respaldo de governos conservadores como Rússia, Paquistão e Arábia Saudita (Chade, 2019a).

É relevante destacar que, amparada pela Lei de Acesso à Informação, a Associação Brasileira LGBT solicitou ao Supremo Tribunal Federal (STF) o acesso aos documentos que fundamentaram as ações de veto. Gilmar Mendes, Ministro do Supremo, acolheu o pedido e requisitou que o Itamaraty fornecesse "telegramas internos e justificasse seu posicionamento na ONU" (Chade, 2019b). Contudo, contrariando a decisão do Ministro, o Itamaraty optou por censurar o acesso a esses documentos até 2024.

Em seu discurso na apresentação inicial em audiência pública na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, em Brasília em 7 de agosto de 2019, quando falava sobre a sessão do Conselho de Direitos Humanos, em Genebra, que ocorreu entre junho e julho do mesmo ano, o Ministro Ernesto Araújo traz a tona "essa questão terminológica, da questão de gênero" (Araújo, 2019a, p. 315). Segundo o embaixador, o Brasil reiterou que sua abordagem se concentrava no aspecto conceitual, e o posicionamento estava alinhado integralmente com a legislação, compromissos e empenho, seja em nível nacional, bilateral ou multilateral. O ministro confirmou que a diretriz da Política Externa Brasileira é contrária ao uso da palavra gênero e expressou o desejo de assegurar que a discussão sobre direitos sexuais e reprodutivos no âmbito internacional não abranja o direito ao aborto. A postura brasileira em relação a essas questões não apenas alinha o Brasil com países que mantêm práticas antiquadas em relação às mulheres, mas também representa uma ruptura com tratados internacionais sobre os direitos das mulheres e os direitos humanos, dos quais o Brasil é signatário nos últimos 25 anos.

Nesse contexto, segundo Araújo (2019a), o Brasil buscou consolidar suas posições apresentando algumas emendas que não foram aceitas, resultando na adesão

ao consenso "para deixar claro que, no plano geral, nós não só não temos nenhum problema, mas aderimos, evidentemente aos objetivos gerais e específicos desses documentos de atenção à saúde de mulheres e meninas e aos direitos das mulheres" (Araújo, 2019a, p. 316). O Ministro destacou a importância do documento apresentado para a candidatura do Brasil como membro do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. Ele afirma que documento serviria como guia orientador para a atuação, caso o Brasil alcançasse a eleição para o Conselho de Direitos Humanos. Nas palavras do ministro o documento tranquilizaria "inteiramente qualquer pessoa que tenha qualquer dúvida sobre o nosso compromisso com os direitos humanos, inclusive saúde da mulher, não discriminação entre mulheres e homens, direitos da família e várias outras áreas que eu vinha mencionando" (Araújo, 2019a, p. 316).

No discurso do Ministro Ernesto Araújo no lançamento dos compromissos voluntários do Brasil no contexto da candidatura do país ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, em 4 de outubro de 2019, observa-se uma falta de ênfase em questões de gênero. A palavra "mulher", e sua forma no plural, foi mencionada apenas três vezes. Duas delas quando se referiu ao enfrentamento da discriminação e violência contra as mulheres, especialmente o feminicídio. Na outra menção, nas palavras do ministro: "continuaremos defendendo a igualdade plena entre mulheres e homens, conforme estabelece a Constituição Federal". Percebe-se o apagamento do termo "gênero" e "igualdade de gênero", reforçando uma visão de gênero dicotômica e fortemente fundamentada no dimorfismo sexual.

Não há menções a políticas específicas para promover a igualdade de gênero, a proteção dos direitos das mulheres e o combate à violência de gênero, como assédio sexual, violência doméstica e exploração sexual. Ressalta-se a ausência de menções a políticas específicas para promoção dos direitos das mulheres. A falta de compromissos tangíveis em áreas como igualdade salarial, licença-maternidade, acesso à saúde reprodutiva e combate à discriminação de gênero é notável. Aponta-se também para a falta de uma perspectiva interseccional. Reconhecer que as mulheres enfrentam desafios diferenciados com base em interações com outras identidades, como raça, classe e orientação sexual, é crucial. O discurso também coloca a proteção da vida desde a concepção e o fortalecimento dos vínculos familiares como prioridades (Araújo, 2019c).

Apesar de seguir uma agenda antigênero e estabelecer alianças com governos ultraconservadores em temas relacionados aos direitos das mulheres, o governo brasileiro foi reeleito para uma vaga no Conselho de Direitos Humanos da ONU em outubro de 2019. No entanto, o documento de campanha não abordou a proteção aos grupos LGBTQI+ ou apresentar políticas específicas de gênero, sendo que a palavra “gênero” não aparece, indo de encontro à abordagem adotada pela política externa brasileira anteriormente. Além disso, o documento não fazia menções aos direitos reprodutivos ou saúde sexual (Ministério das Relações Exteriores, 2019).

Durante o ano de 2020, observa-se a reprodução das diretrizes delineadas por Ernesto Araújo, evidenciadas principalmente na persistência de uma firme oposição liderada pelo corpo diplomático em relação aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres em fóruns multilaterais. O governo justificou essa postura insistindo no suposto risco de que tal agenda possa estabelecer um arcabouço normativo favorável ao aborto. Essas posições refletem uma abordagem ideológica profundamente conservadora, que resulta em novas alianças diplomáticas, notavelmente com países como Arábia Saudita, Qatar, Bahrein, Paquistão e Iraque. Além disso, com o respaldo dessas alianças, o Brasil propôs a exclusão do termo "educação sexual" de projetos de uma resolução da ONU voltada para o combate à discriminação contra mulheres e meninas (Chade, 2020).

No discurso por ocasião da 50ª Assembleia-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) em outubro de 2020, o Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, expressa a defesa pela liberdade religiosa, pela família e pela igualdade entre homens e mulheres. Destaca a ausência direta da palavra "gênero", que pode ser interpretada como uma omissão da discussão sobre as questões fundamentais relacionadas à igualdade de gênero, pois "igualdade entre homens e mulheres" (Araújo, 2020) não abrange necessariamente a complexidade das questões de gênero.

Em uma análise feminista, destaca-se a importância de reconhecer e abordar explicitamente as disparidades e discriminações sistêmicas que afetam as mulheres em áreas como salários, representação política, e acesso a oportunidades educacionais e profissionais. Além disso, a defesa da "plena igualdade entre homens e mulheres" (Araújo, 2020) pode ser considerada vaga e genérica, sem detalhar as medidas

específicas ou políticas concretas que o Brasil está implementando para alcançar essa igualdade.

Na Alocução do Ministro Ernesto Araújo na 46ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU em 22 de fevereiro de 2021, o ministro não entrou na temática de gênero, que foi tratada posteriormente no discurso proferido por Damares, mencionada na seção anterior. Entretanto, quando o Ministro destacou o século 21 como a era da tecnologia da informação e inteligência artificial, enfatizando a necessidade de garantir que essas tecnologias promovam a liberdade e a elevação do ser humano, observa-se novamente a binaridade no trecho "cada homem e cada mulher" (Araújo, 2021).

O percurso do Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, portanto, revela uma postura ideológica marcada pela oposição às pautas de gênero e aos direitos sexuais e reprodutivos. Ao alinhar-se a perspectivas antigênero, Araújo promoveu uma série de ações sistemáticas contra o que ele denomina "ideologia de gênero". Seu discurso na posse reflete uma visão simplificada das questões de gênero, desconsiderando a diversidade e fluidez das identidades. A iniciativa de vetar o termo "gênero" em resoluções da ONU e censurar documentos evidenciam uma abordagem que nega o debate e a participação em fóruns multilaterais sobre igualdade de gênero.

A aliança com governos ultraconservadores, a proposta de exclusão de termos como "educação sexual" e a falta de ênfase nas políticas de igualdade de gênero indica uma postura contrária aos avanços conquistados na busca por uma sociedade mais justa e igualitária. O governo brasileiro, sob sua gestão, reforçou uma visão binária e dicotômica de gênero, negligenciando políticas específicas para promover a igualdade e proteger os direitos das mulheres. Essa abordagem, ancorada em uma perspectiva conservadora, reflete-se nas práticas governamentais e representa uma ruptura com tratados internacionais de direitos humanos, impactando diretamente a defesa dos direitos das mulheres e das minorias sexuais.

4.3 CARLOS FRANÇA E A SUA VIZIÇÃO NO ESTILO E NA LINGUAGEM DIPLOMÁTICA

Até o início de 2021, o governo Bolsonaro mantinha alinhamento com a política externa de Trump em relação a questões específicas, notadamente no caso do chamado Consenso de Genebra. Este acordo repudia a saúde reprodutiva e o aborto, sendo assinado por trinta e dois países em outubro de 2020. Com a derrota de Trump, Biden retirou-se do Consenso, e o Brasil assumiu a liderança dessa iniciativa. Em abril de 2021, devido à CPI da COVID, Ernesto Araújo foi exonerado de seu cargo ministerial devido ao atraso na compra de vacinas (Corrêa; Faulhaber, 2022). Carlos França foi então o escolhido para assumir como novo ministro da Relações Exteriores do Brasil.

No âmbito do CDHNU, observou-se a ausência de declarações do Ministro França abordando questões relacionadas a gênero, mulheres e temas correlatos. Em sua maioria, seus pronunciamentos não incluíram manifestações específicas sobre essas pautas, o que destaca a carência de posicionamentos do Ministro França nesses domínios, não só no contexto do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, mas em geral. Essa lacuna pode influenciar a percepção e entendimento do posicionamento brasileiro em relação a tais temas no cenário internacional.

Segundo Corrêa e Faulhaber (2022), a mudança de ministros trouxe uma suavização no estilo e na linguagem diplomática. Em sua cerimônia de posse em abril de 2021, por exemplo, em relação a frequência de termos considerados importantes para a análise, as palavras "mulher(es)", "gênero" e "igualdade" não foram citadas nenhuma vez. O ministro Carlos França não abordou questões que eram frequentemente discutidas por Ernesto Araújo, como aborto, perseguição religiosa e globalismo (França, 2021).

O Consenso de Genebra e as iniciativas antiaborto, contrárias aos direitos sexuais e reprodutivos, não receberam a mesma ênfase por parte do atual ministro. No entanto, isso não implicou necessariamente um abandono dessas questões. A ministra Damara Alves, no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, assim como na Secretaria da Família sob sua liderança, assumiu esse papel com ainda mais protagonismo. Como mostrado na sessão que trata dos pronunciamentos da Ministra

Dameres, no restante de 2021 e em 2022, as diretrizes políticas que foram conduzidas pelo MMFDH, com destaque no âmbito do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, foram mantidas. Com a retirada de Biden, o governo brasileiro manifestou disposição para liderar a agenda ultraconservadora em organizações internacionais (Chade, 2021a).

4.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Ao longo deste capítulo, buscou-se examinar o posicionamento do Brasil em fóruns internacionais, especialmente no Conselho de Direito Humanos da ONU, no contexto das discussões sobre questões de gênero. A análise revelou uma postura marcada por resistência à adoção de termos inclusivos e à promoção de direitos relacionados à diversidade de gênero e orientação sexual. O governo brasileiro, por meio de representantes em instâncias internacionais, reiterou uma visão tradicional e binária de gênero, alinhada a uma abordagem conservadora que se manifesta em diversas áreas, desde a negação de direitos sexuais e reprodutivos até a resistência contra a inclusão de temas como equidade de gênero em documentos internacionais.

O apagamento do termo "gênero" nas declarações e discursos do governo brasileiro em instâncias internacionais reflete não apenas uma mudança linguística, mas uma transformação mais profunda na perspectiva adotada em relação aos direitos humanos. A substituição desse termo por abordagens que enfatizam a família, a vida e valores tradicionais denuncia uma inclinação para uma visão mais conservadora e alinhada a setores que promovem uma agenda anti-gênero. Essa mudança não ocorre de forma isolada, mas está interligada a uma série de ações que, em conjunto, indicam uma tentativa de restringir o escopo das discussões sobre direitos, especialmente no que diz respeito às questões de gênero e sexualidade.

Diante desse cenário, é imperativo compreender as implicações dessa postura para a imagem e as relações internacionais do Brasil. A resistência em adotar uma perspectiva mais progressista sobre gênero não apenas contraria tendências globais de reconhecimento da diversidade, mas também pode impactar a eficácia do país em cooperações internacionais e na defesa dos direitos humanos. Além disso, o recuo do

Brasil em relação à discussão sobre gênero em instâncias internacionais também suscita questionamentos sobre a coerência entre a postura adotada e os compromissos assumidos em acordos e tratados internacionais relacionados aos direitos humanos. Nesse contexto, torna-se relevante a reflexão sobre como a abordagem do governo brasileiro reverberou não apenas nas relações internacionais, mas também nas dinâmicas sociais e nos avanços na promoção da equidade de gênero dentro do próprio país.

Os dirigentes do governo Bolsonaro abordaram os assuntos relacionados às mulheres sem recorrer ao conceito de gênero, conforme proposto pelo âmbito teórico e prático dos movimentos sociais. A campanha moral contra a "ideologia de gênero" tornou-se um símbolo recorrente que uniu interesses e objetivos neoconservadores e neoliberais. Nesse contexto, a rejeição do conceito de gênero, entendido como um indicador das disparidades de poder entre mulheres e homens (Scott, 1995), foi manifesta e constituiu um elemento fundamental do governo de Jair Bolsonaro.

Observa-se que, ao abordar questões relacionadas às mulheres, o governo brasileiro frequentemente associou o termo "mulher" a conceitos como família, "pró-vida" e valores tradicionais. Essa conexão sugere uma narrativa que não apenas limita a discussão sobre direitos das mulheres a uma perspectiva mais conservadora, mas também evidencia a tentativa de alinhar a agenda internacional do Brasil a posicionamentos políticos e ideológicos que têm uma visão restrita e normativa sobre papéis de gênero e sexualidade. Esse enfoque não apenas reduz a complexidade das questões em pauta, mas também levanta preocupações sobre o compromisso do país com a promoção da igualdade de gênero em conformidade com padrões internacionais de direitos humanos.

A alteração na linguagem adotada em instâncias internacionais não é meramente uma transformação discursiva, mas uma estratégia política que busca consolidar o apoio do eleitorado interno. Essa mudança linguística serve como um mecanismo para construir um novo arranjo político-diplomático que prioriza valores conservadores e interesses ideológicos. O governo brasileiro, ao adotar uma postura mais alinhada a pautas ultraconservadoras, procura fortalecer alianças com países que compartilham orientações antissistema, reforçando sua presença em coalizões que se opõem a

determinadas agendas internacionais, especialmente aquelas relacionadas aos direitos humanos e de gênero, a exemplo da Consenso de Genebra.

A diretriz da política externa brasileira, liderada pelo ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, optou por desconsiderar o consenso internacional sobre questões de gênero, impondo uma visão binária que reconhecia apenas o feminino e o masculino. Isso aproximou o Brasil de nações consideradas retrógradas em discussões contemporâneas essenciais e estabelece como princípio diplomático a concepção de que meninas devem usar rosa e meninos, azul.

A abordagem diplomática do Brasil representou um retrocesso nos direitos individuais e humanos, além de contradizer a ciência, que há décadas reconhece que sexo biológico não se confunde com gênero. A posição do Itamaraty adere a uma visão ultrapassada, ignorando que o gênero é uma construção não apenas biológica, mas também subjetiva, moldada pelo ambiente, experiências e cultura. Ao abraçar esse discurso tradicionalista, a política externa brasileira refletiu a postura de Bolsonaro do ministro Araújo, que frequentemente criticam o que chamam de globalismo, uma força que, segundo eles, mina tradições nacionais e cria um mundo sem "Nação, família, homem e mulher". O cerne da atuação diplomática de Araújo foi combater o "globalismo", que inclui a ideologia de gênero e o reconhecimento da diversidade LGBTI entre seus princípios fundamentais.

A troca de ministros, de Ernesto Araújo para Carlos França, não promoveu alterações significativas na política externa brasileira em relação à questão de gênero. A postura conservadora e a resistência à abordagem ampla e inclusiva sobre essa temática continuaram sendo características presentes na atuação do governo brasileiro em âmbito internacional sob a liderança do MMFDH. A manutenção dessa política indica uma continuidade nas estratégias de alianças com setores ultraconservadores e a priorização de valores ideológicos, mesmo diante de pressões por uma postura mais comprometida com os princípios de igualdade e direitos humanos em instâncias globais.

5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa se propôs a realizar uma análise aprofundada das questões de gênero na Política Externa Brasileira no período correspondente ao governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). Ao delinear os discursos, ações e posicionamentos em âmbito internacional, este estudo buscou compreender de que maneira as políticas externas adotadas durante esse período refletiram e influenciaram as pautas relacionadas a gênero. O enfoque central foi dado à abordagem antigênero adotada pela gestão, destacando-se ações específicas, como a resistência em fóruns internacionais, veto a termos como "igualdade de gênero" e "educação sexual" e a negação da complexidade das questões relacionadas ao gênero.

O trabalho almejou responder porque a Política Externa Brasileira, a partir do governo de Jair Bolsonaro, assumiu uma identidade conservadora nas instâncias multilaterais em relação à Gênero. Tinha-se como hipótese que a PEB, sob o governo Bolsonaro, assumiu uma identidade conservadora nas instâncias multilaterais, utilizando a pauta de gênero como um catalisador estratégico, com o intuito tanto de construir um novo arranjo político-diplomático que priorizava valores conservadores e interesses ideológicos para consolidar o apoio do eleitorado interno, quanto de fortalecer alianças com países de orientação ultraconservadora e antissistema.

O Brasil passou por uma reorientação da política externa durante o governo de Jair Bolsonaro, com uma inflexão na matriz da Política Externa Brasileira (PEB). Sob a liderança de Ernesto Araújo, houve uma guinada radical nas diretrizes, alinhando-se a movimentos conservadores globais. A nova matriz buscou afastar-se de países em desenvolvimento, aproximando-se de nações desenvolvidas, especialmente os Estados Unidos, e de regimes ideologicamente semelhantes. Essa mudança refletiu-se em críticas a instituições multilaterais e em decisões que buscavam transfigurar o perfil internacional do Brasil. Destacam-se as relações com governos de extrema-direita na Europa e o alinhamento irrestrito aos Estados Unidos. A política externa brasileira sob Bolsonaro incorporou posturas conservadoras, desafiando agendas ambientais, migratórias e de direitos humanos. A presença de um componente religioso e moral também se tornou evidente.

A abordagem antigênero do governo se manifestou em diversas medidas, como a exclusão do termo "gênero" de resoluções da ONU, retrocessos em direitos humanos e a promoção de uma visão conservadora da família. O governo fortaleceu alianças com a extrema direita internacional, como os Estados Unidos e Israel, enquanto enfraquecia o diálogo com movimentos feministas e sociedade civil. A perspectiva antigênero foi central na política externa e interna, marcando uma mudança significativa nos princípios e práticas históricos da diplomacia brasileira.

Buscou-se destacar a conexão entre a retórica antigênero e as práticas políticas, como a reestruturação ministerial, projetos de lei conservadores e a promoção de estereótipos de gênero, visto que, em Análise de Política Externa, uma parte da explicação para formulação da política externa é interna. Ou seja, havia uma conexão entre sua base de apoio, políticas públicas internas e a política externa implementada. Em síntese, o governo Bolsonaro promoveu uma guinada ideológica na política externa, alinhando-se a correntes neoconservadoras, enfatizando o discurso antigênero e provocando retrocessos significativos nos direitos das mulheres e da comunidade LGBTQIA+. Essa abordagem conservadora também se refletiu nas relações internacionais, marcando uma mudança substancial na postura do Brasil no cenário global.

A análise da postura do Brasil em fóruns internacionais, notadamente no Conselho de Direitos Humanos da ONU, no que concerne a questões de gênero, evidenciou uma resistência à adoção de termos inclusivos e à promoção de direitos associados à diversidade de gênero e orientação sexual. A visão tradicional e binária de gênero, alinhada a uma abordagem conservadora, manifestou-se em diversas áreas, desde a negação de direitos sexuais e reprodutivos até a oposição à inclusão de temas como equidade de gênero em documentos internacionais. Essa postura levanta questionamentos sobre a coerência entre as ações do governo e os compromissos assumidos em acordos e tratados internacionais, além de impactar a eficácia do Brasil em cooperações internacionais e na defesa dos direitos humanos.

O apagamento do termo "gênero" nas declarações do governo brasileiro em instâncias internacionais não é apenas linguístico, mas revela uma transformação profunda na perspectiva adotada em relação aos direitos humanos. Essa mudança,

interligada a uma série de ações, denuncia uma inclinação para uma visão mais conservadora, alinhada a setores que promovem uma agenda anti-gênero. Ao associar o termo "mulher" a conceitos como família, "pró-vida" e valores tradicionais, o governo buscou restringir a discussão sobre direitos das mulheres a uma perspectiva conservadora, levantando preocupações sobre o compromisso do país com padrões internacionais de direitos humanos. Em última análise, a política externa brasileira sobre gênero reflete não apenas escolhas discursivas, mas uma estratégia política que tem implicações significativas para a imagem e a atuação do país no cenário internacional.

A mudança na linguagem adotada em instâncias internacionais não é apenas discursiva, mas uma estratégia política para consolidar o apoio do eleitorado interno. Essa mudança serve como um mecanismo para construir um novo arranjo político-diplomático que prioriza valores conservadores e interesses ideológicos. A resistência em adotar uma perspectiva mais progressista sobre gênero não apenas contraria tendências globais, mas também levanta questionamentos sobre a coerência entre a postura adotada e os compromissos internacionais. A troca de Ministros das Relações Exteriores, em 2021, não promoveu alterações significativas na política externa brasileira em relação à questão de gênero, indicando uma continuidade nas estratégias de alianças com setores ultraconservadores e a priorização de valores ideológicos em detrimento de uma postura comprometida com a igualdade e os direitos humanos em âmbito global.

Em suma, no cenário internacional, as ações do corpo diplomático indicaram não apenas uma quebra com os respaldos declarados pelas administrações anteriores às normas internacionais de gênero, mas também trouxeram uma disputa ideológica em torno de seus significados. Em parte, essa disputa foi conduzida por meio da invocação do conservadorismo de valores incorporado pelas novas lideranças. Assim, além de revogar as posturas externas adotadas nos governos do PT, o governo Bolsonaro atuou no sentido de obstruir e reverter essa agenda. Esses elementos permearam a estrutura do governo de Jair Bolsonaro tanto em âmbito doméstico quanto internacional.

A radicalidade das posições do governo, portanto, apontou para a função estratégica desempenhada pela pauta de gênero na construção de uma identidade internacional que não só sustentou a lógica antissistema que fundamentou as coalizões apoiadoras do governo, mas também foi instrumental na canalização de votos para o

bolsonarismo. Conforme foi argumentado, a postura do Brasil em relação à questão de gênero contribuiu para consolidar novas alianças internacionais, proporcionando também sustentação ideológica a um projeto de protagonismo global fundamentado em posturas antiglobalistas e ultraconservadoras. Dessa maneira, observou-se a consolidação de uma atitude no cenário internacional fundamentada na desestruturação de direitos e na redução das discussões nos fóruns multilaterais, mas que se apresenta dissimulada pelos contextos delineados pelos discursos neoconservadores.

A presente pesquisa almejou contribuir para o aprimoramento dos estudos sobre a política externa brasileira, especialmente no que diz respeito às suas implicações nas questões de gênero durante o governo de Jair Bolsonaro entre 2019 e 2022. Espera-se que os insights obtidos incentivem futuras investigações e debates acadêmicos, promovendo uma análise crítica sobre os desafios enfrentados na promoção da igualdade de gênero no cenário internacional. Por fim, espera-se que esta monografia tenha atendido às justificativas acadêmicas e sociais delineadas em sua introdução.

REFERÊNCIAS

ABIA; Ação Educativa; Gênero e Educação; ABGLT; Associação Nacional de Travestis e Transsexuais; CLADEM; CONECTAS Direitos Humanos; Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT+ da Universidade Federal de Minas Gerais; IPAS. **Ofensivas Antigênero no Brasil**: políticas de Estado, legislação, mobilização social. 2021. Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/wp-content/uploads/sites/2/2021/10/E-book-SOGI-21102021.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2023.

AGGESTAM, Karin; ROSAMOND, Annika Bergman; KRONSELL, Annica. Theorising Feminist Foreign Policy. **Sage Journals**, Califórnia, v. 33, n. 1, p. 23–39, nov. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0047117818811892>. Acesso em: 25 jun. 2023.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 47, n. 1, p. 162-184, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292004000100008>. Acesso em 29 jun. 2023.

ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro Presidente: Conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos Estudos – CEBRAP**, São Paulo, v. 38 e. 1, p. 185-213, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.25091/S01013300201900010010>. Acesso em: 4 dez. 2023.

ALVES, Damares. Damares na Cúpula da Demografia 2019: transcrição do discurso da ministra. **Sexuality Policy Watch**, 8 out. 2019a. Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/transcricao-discurso-da-damares-cupula-da-demografia/9709>. Acesso em 5 jan. 2024.

ALVES, Damares. **Discurso da Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, no Conselho de Direitos Humanos da ONU**. Brasília: FUNAG, 2019b. Disponível em: https://antigo.funag.gov.br/images/Nova_politica_externa/Damares_CDH_NPE.pdf. Acesso em 28 dez. 2023.

ALVES, Damares. Discurso da Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, no Conselho de Direitos Humanos da ONU. **UN Webtv**, 22 fev. 2021. (2h51min13s). Disponível em: <https://webtv.un.org/en/asset/k1t/k1trpzaasu>. Acesso em 5 jan. 2024.

ALVES, Damares. Discurso da Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, no Conselho de Direitos Humanos da ONU. **UN Webtv**, 28 fev. 2022. (9h08min56s). Disponível em: <https://webtv.un.org/en/asset/k1o/k1opv4egwt>. Acesso em 5 jan. 2024.

ALVES, Damares. **Discurso da Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, na cerimônia de publicação dos compromissos voluntários do Brasil no contexto de sua candidatura ao Conselho de Direitos**

Humanos das Nações Unidas. Brasília, 2019c. (23min09s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=NIN00cxnIGo>. Acesso em 5 jan. 2024.

ALVES, Damares. **63ª CSW: Diálogo Interativo de Alto Nível – Construindo alianças para sistemas de proteção social, acesso a serviços públicos e infraestrutura sustentável para a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas: Sugestão de elementos para intervenção.** 12 mar. 2019d. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2019/marco/com-foco-na-promocao-da-igualdade-entre-homens-e-mulheres-ministra-discursa-em-atividade-de-alto-nivel-da-onu>. Acesso em 15 jan. 2024.

ARAÚJO, Ernesto. **Alocução do Ministro Ernesto Araújo na 46ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU.** FUNAG, 22 fev. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/politica-externa-brasileira/alocucaodo-ministro-ernesto-araujo-na-46a-sessao-do-conselho-de-direitos-humanos-da-onu>. Acesso em 28 dez. 2023.

ARAÚJO, Ernesto. **Apresentação inicial em audiência pública na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, em Brasília.** FUNAG, 7 ago. 2019a. *In: A nova política externa brasileira: seleção de discursos, artigos e entrevistas do Ministro das Relações Exteriores – 2019 / Ernesto Araújo.* - Brasília: FUNAG, 2020. Disponível em: <https://funag.gov.br/loja-nova/produto/1-1057>. Acesso em 15 ago. 2023.

ARAÚJO, Ernesto. **Discurso do Ministro Ernesto Araújo durante a cerimônia de Posse no Ministério das Relações Exteriores.** MRE, Brasília, 3 jan. 2019b. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/ernesto-araujo/discurso-do-ministro-ernesto-araujo-durante-cerimonia-de-posse-no-ministerio-das-relacoes-exteriores-brasilia-2-de-janeiro-de-2019>. Acesso em 5 jan. 2024.

ARAÚJO, Ernesto. **Discurso do Ministro Ernesto Araújo no lançamento dos compromissos voluntários do Brasil no contexto da candidatura do país ao Conselho de Direitos Humanos da ONU.** FUNAG, 4 out 2019c. Disponível em: https://funag.gov.br/images/2020/NovaPoliticaExterna/13_ME_CDH.pdf. Acesso em 28 dez. 2023.

ARAÚJO, Ernesto. **Discurso do Senhor Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, por ocasião da 50ª Assembleia-Geral da Organização dos Estados Americanos – OEA.** MRE, out. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/ernesto-araujo/discurso-do-senhor-ministro-das-relacoes-exteriores-ernesto-araujo-por-ocasio-da-50a-assembleia-geral-da-organizacao-dos-estados-americanos-oea>. Acesso em 5 jan. 2024.

ARAUJO, Dandara de Souza. **A política externa e os direitos das mulheres**: efeitos da atuação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. 2017. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/31679>. Acesso em 15 ago. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARASUOL, Fernanda Barth; ZANELLA, Cristine Koehler. Feminismo e Relações Internacionais: um mundo, muitos feminismos. *In*: SOUZA, Natália Maria Félix de; BARASUOL, Fernanda Barth; ZANELLA, Cristine Koehler (org.). **Feminismo, Gênero e Relações Internacionais**. Belo Horizonte: Traço Fino, 2023. P. 23-46. (Coleção Relações Internacionais) Disponível em: <https://www.finotracoeditora.com.br/feminismo-genero-e-relacoes-internacionais>. Acesso em: 10 nov. 2023.

BIROLI, Flavia. Violence against Women and Reactions to Gender Equality in Politics. **Politics & Gender**, United States, v. 14, n. 4, p. 681–685, dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S1743923X18000600>. Acesso em: 4 dez. 2023.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Candidatura do Brasil ao Conselho de Direitos Humanos 2020-2022**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2019. Disponível em: https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-521-candidatura_do_brasil_ao_conselho_de_direitos_humanos_2020_2022. Acesso em: 5 jan. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Brasil assina declaração sobre defesa do acesso das mulheres a promoção da saúde**. 22 out. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/10/brasil-assina-declaracao-sobre-defesa-do-acesso-das-mulheres-a-promocao-da-saude>. Acesso em: 5 jan. 2024.

CHADE, Jamil. Brasil veta termo gênero em resoluções da ONU e cria mal-estar. **UOL Notícias**, 27 jun. 2019a. Disponível em: <https://jamilchade.blogosfera.uol.com.br/2019/06/27/brasil-veta-termo-genero-em-resolucoes-da-onu-e-cria-mal-estar/>. Acesso em: 15 ago. 2023.

CHADE, Jamil. Evangélicos vão ao STF em defesa da política externa de Araújo sobre gênero. **UOL Notícias**, 27 jun. 2019b. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2019/11/04/evangelicos-vao-ao-stf-em-defesa-da-politica-externa-de-araujo-sobre-genero.htm?cmpid=copiaecola&cmpid=copiaecola>. Acesso em: 15 ago. 2023.

CHADE, Jamil. 2020a. “Brasil e islâmicos vetam educação sexual em projeto de defesa de meninas”. **UOL Notícias**, 7 jul. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/07/07/brasil-e-islamicos-vetam-educacao-sexual-em-projeto-de-defesa-de-meninas.htm>. Acesso em: 28 dez. 2023.

CHADE, Jamil. “Mesmo sem Ernesto Brasil não abandonará aliança antiaborto na ONU”. 2021a. **UOL Notícias**, 6 abr. 2021a. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2021/04/06/mesmo-sem-ernesto-brasil-nao-abandonara-alianca-antiaborto-na-onu.htm>. Acesso em: 28 dez. 2023.

CHADE, Jamil. Brasil não adere a ato de 60 democracias na ONU pela defesa das mulheres. **UOL Notícias**, 3 mar. 2021b. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2021/03/08/brasil-nao-adere-a-ato-de-60-democracias-na-onu-pela-defesa-das-mulheres.htm>. Acesso em: 28 dez. 2023.

CORRÊA, Sonia; FAULHABER, Clara Vale. Anti-Gender politics during the Covid-19 pandemic in Brazil: Debris of the Bolsonaro era. In: CORRÊA, Sonia (org.). **Anti-Gender Politics in Latin America in the Pandemic Context**. Rio de Janeiro: Sexuality Policy Watch (SPW), 2022. p. 49-92. Disponível em: <https://sxpolitics.org/GPAL/uploads/E-book-Covid-EN.pdf>. Acesso em 5 jan. 2024.

CUNHA, Leonam Lucas Nogueira. A antipolítica de gênero no governo Bolsonaro e suas dinâmicas de violência. **Revista de Estudios Brasileños**, Salamanca, v. 7, n. 14, p. 49–61, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.14201/reb20207144961>. Acesso em: 3 ago. 2023.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, beaches and bases**: making feminist sense of international politics. Califórnia: University of California Press, 2014. *E-book*.

ENLOE, Cynthia. **Maneuvers**: the Politics of Militarizing Women's Lives. Berkley: California University Press, 2000.

FARIAS, Heleno. Com Bolsonaro, Brasil inaugura política contra aborto e ideologia de gênero na ONU. **JM Notícia**. 28 mar. 2019. Disponível em: <https://jmnoticia.com.br/com-bolsonaro-brasil-inaugura-politica-contra-aborto-e-ideologia-de-genero-na-onu/>. Acesso em: 3 ago. 2023.

FRANÇA, Carlos Alberto Franco. Discurso De Posse Ministro Das Relações Exteriores Carlos Alberto Franco França. FUNAG, 6 abr. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/carlos-alberto-franco-franca-discurso-de-posse>. Acesso em: 5 jan. 2024.

FERREIRA, Marcos Alan S. V. **Análise de política externa em perspectiva atores, instituições e novos temas**. João Pessoa, Editora UFPB, 2020. Disponível em: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/download/647/770/6365-1?inline=1>. Acesso em: 10 nov. 2023

FIGUEIRA, Ariane Roder. **Introdução à análise de política externa**. São Paulo: Saraiva Uni, 2017. *E-book*.

FOLHA DE SÃO PAULO. “Itamaraty orientada diplomatas a frisar que gênero é apenas sexo biológico”. **Folha de São Paulo**, 26 jun. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/06/itamaraty-orienta-diplomatas-a-frisar-que-genero-e-apenas-sexo-biologico.shtml>. Acesso em: 29 dez. 2023.

GUAZINA, Liziane Soares; LEITE, Gabriela Guerreiro; SANTOS, Ébida. A normalização da agenda anti-gênero de Jair Bolsonaro: Uma análise dos jornais Folha de S. Paulo e Estado de São Paulo. **Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 44–61, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.25200/SLJ.v10.n1.2021.453>. Acesso em: 30 jul. 2023.

HENSHAW, Alexis. Gender and Foreign Policy. *In*: THIES, Cameron. **Oxford Encyclopedia of Foreign Policy Analysis**. 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/36761117/Gender_and_Foreign_Policy_in_Thies_et_al_eds_Oxford_Encyclopedia_of_Foreign_Policy_Analysis_Draft_version_available_for_download. Acesso em: 20 set. 2023.

HIRST, Monica; MACIEL, Tadeu. A Política Externa do Brasil nos Tempos do Governo Bolsonaro. **SciELO Preprints**, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4771>. Acesso em: 24 nov. 2023.

HUDSON, Valerie M.; DAY, Benjamin S. **Foreign policy analysis: classic and contemporary theory**. 3rd ed. Maryland: Rowman & Littlefield, 2020. *E-book*

JESUS, Diego Santos Vieira de. Um mundo de homens? Masculinidades e Relações Internacionais. *In*: SOUZA, Natália Maria Félix de; BARASUOL, Fernanda Barth; ZANELLA, Cristine Koehler (org.). **Feminismo, Gênero e Relações Internacionais**. Belo Horizonte: Traço Fino, 2023. P. 133-153. (Coleção Relações Internacionais) Disponível em: <https://www.finoeditora.com.br/feminismo-genero-e-relacoes-internacionais>. Acesso em: 10 nov. 2023.

KYRILLOS, Gabriela M.; SIMION, Fabiane. Raça, gênero e direitos humanos na política externa brasileira no governo Bolsonaro (2019-2021). **Revista Direito e Praxis**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 1874–1896, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2022/68535>. Acesso em: 29 jun. 2023.

KYRILLOS, Gabriela M.; SIMION, Fabiane. Política Externa Brasileira no Governo Bolsonaro: Análise das Tendências em Políticas de Gênero. *In*: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 12., 2021, Florianópolis. **Anais eletrônicos [...]**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2021. Disponível em: https://www.fg2021.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/fg2020/1630505231_ARQUIVO_90feaf27124b005d0f178e53f3f6d5fb.pdf. Acesso em: 3 ago. 2023.

LACERDA, Marina Basso. **Neoconservadorismo**: articulação pró-família, punitivista e neoliberal na Câmara dos Deputados. 2018. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em:

<https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/12476/1/tese%20Marina%20Basso%20Lacerda.pdf> Acesso em: 29 jul. 2023.

LIMA, Maria Regina Soares de; ALBUQUERQUE, Marianna R. O Estilo Bolsonaro de Governar e a Política Externa, **Boletim OPISA**, [S. l.], n.1, 2019. Disponível em: <https://www.horizontesaosul.com/single-post/2019/07/26/o-estilo-bolsonaro-de-governar-e-a-pol%C3%ADtica-externa>. Acesso em: 22 nov. 2023.

MARANHÃO, Eduardo Meinberg de Albuquerque; DE FRANCO, Clarissa. “Menino veste azul e menina, rosa” na Educação Domiciliar de Damares Alves: As ideologias de gênero e de gênese da “ministra terrivelmente cristã” dos Direitos Humanos. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá, v. 12, n. 35, p. 297-337, jul. 2019. Disponível em: 2019. <https://doi.org/10.4025/rbhranpuh.v12i35.48106>. Acesso em: 15 jan. 2024.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. Ideologia de gênero: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 725-747, set.-dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203008>. Acesso em: 28 jul. 2023.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: Escola sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/315478248_Da_doutrinacao_marxista_a_ideologia_de_genero_-_Escola_Sem_Partido_e_as_leis_da_mordaca_no_parlamento_brasileiro_From_Marxist_indoctrination_to_gender_ideology_Escola_Sem_Partido_non-partisan_school_a. Acesso em: 28 jul. 2023.

MIGUEL, Luis Felipe. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 62, p. 1-14, ago. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449202100620016>. Acesso em: 3 ago. 2023.

MILANI, Carlos R. S. Política Externa é política pública? **Insight Inteligência**, Rio de Janeiro, v.69, p. 57-75, 2015. Disponível em: https://carlosmilani.files.wordpress.com/2015/09/insight_69.pdf. Acesso em: 24 jun. 2023.

MILANI, Carlos R. S.; PINHEIRO, Letícia. Política Externa Brasileira: Os Desafios de sua Caracterização como Política Pública. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 11-41, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-85292013000100001>. Acesso em: 19 jul. 2023.

NOBRE, Marcos. O Caos como Método. **Revista Piauí**, Rio de Janeiro, v. 151, abr. 2019. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-caos-como-metodo/>. Acesso em: 26 nov. 2023.

ONU Mulheres. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher (1995)**. 2013. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/declaracao_pequim1.pdf. Acesso em: 28 jul. 2023.

OWENS, Patricia; RIETZLER, Katharina. **Women's International Thought: A New History**. Cambridge: University Printing House, 2021. *E-book*.

PETERSON, V. Spike. Transgressing Boundaries: Theories of Knowledge, Gender and International Relations. **Millennium: Journal of International Studies**, London, v. 21. n. 2. p. 183-206, 1992. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/03058298920210020401>. Acesso em: 21 ago. 2023.

RODRIGUEZ, Graciela. Política Externa Brasileira: Subordinada, ideologizada e misógina. **Friedrich-Ebert-Stiftung (FES)**, São Paulo, nov. 2020. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/17000.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2023.

SANTANDER, Pedro. Por qué y cómo hacer análisis de discurso. **Cinta Moebio: Revista Electrónica de Epistemología de Ciencias Sociales**, Santiago de Chile, n. 41, p. 207-224, set. 2011. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3709384>. Acesso em: 21 jul. 2023.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. O Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. **FLACSO - Brasil**, [S.] jun. 2009. Disponível em: https://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/Heleieth_Saffioti.pdf. Acesso em: 24 jun. 2023.

SALOMÓN, Monica. A política externa através das lentes de gênero: uma agenda de pesquisa. **Boletim NEAAPE**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 6-13, abr. 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/325581635_A_politica_externa_atraves_das_lentes_de_genero_uma_agenda_de_pesquisa. Acesso em: 24 jun. 2023.

SALOMÓN, Mónica. Exploring Brazilian foreign policy towards women: dimensions, outcomes, actors and influences. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, n. 63, v. 1, 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/339809423>. Acesso em: 28 jun. 2023.

SALOMÓN, Mónica. Processos e influências no aprofundamento da dimensão de gênero da política externa brasileira. *In: Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*, 10., 2016, Florianópolis. **Anais eletrônicos [...]**. Florianópolis: Abcp, 2016. p. 1 - 20. Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/eventos/10o-encontro-abcp/anais?page=26>. Acesso em: 15 ago. 2023.

SALOMÓN, Mónica; PINHEIRO, Letícia. Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. **Rev. bras.**

polít. int., Brasília, v. 56, n. 1, p. 40-59, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292013000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 jun. 2023.

SELIS, Lara Martim Rodrigues; PRADO, Débora Figueiredo Mendonça do. Política Externa do Governo Bolsonaro e a Aliança Transnacional Antigênero. **Friedrich-Ebert-Stiftung (FES)**, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/18425.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.

SENNES, Ricardo. **As mudanças da política externa brasileira nos anos 80**: uma potência média recém-industrializada. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.

SILVA, André Luiz Reis da. As transformações matriciais da Política Externa Brasileira recente (2000-2010). **Meridiano 47**, Brasília, v. 11, n. 120, p. 18-24, jul. 2010. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/4177/3827>. Acesso em: 27 nov. 2023.

SILVA, André Luiz Reis da. De Dilma a Bolsonaro: as transformações matriciais na política externa brasileira. **Interacción Sino-Iberoamericana/Sino-Iberoamerican Interaction**, Alemanha, v. 2, n. 1, p. 1-26, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/sai-2022-0007>. Acesso em: 7 ago. 2023.

SILVA, André Luiz Reis da. Retraction or consolidation? The follow-up phase in Dilma Rousseff's foreign policy (2011-2016). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília v. 64, n. 1, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7329202100112>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 21 jun. 2023.

SHEPERD, Laura. **Gender matters in global politics**: a feminist introduction to International Relations. New York: Routledge, 2010. *E-book*.

TICKNER, J. Ann. **Gendering World Politics**: Issues and Approaches in the Post-Cold War Era. New York: Columbia University Press, 2001.

TICKNER, J. Ann. You just don't understand: troubled engagements between feminists and IR theorists. **International Studies Quarterly**, Oxford, v. 41, n. 4., p. 611-632, 1997. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2600855>. Acesso em: 19 jun. 2023.

ZARPELON, Janiffer Tammy Gusso. Os Impactos do Discurso Político Neoconservador do Governo Bolsonaro sobre as Políticas Públicas Relacionadas aos Direitos Das Mulheres no Brasil. *In*: V Seminário Internacional Desfazendo o Gênero, nov. 2021, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: Realize, 2021. Disponível em:

<https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/79218>. Acesso em: 26 jul. 2023.